



# MESTRADO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL

***Os Fundamentos Económicos do Desenvolvimento Sustentável  
e a Coesão Regional:***

*O Papel da Economia Social e da Economia de Proximidade*

**Unidade Curricular de *Economia e Inovação Social***

**Manual de Apoio à Docência**

Santarém, março de 2025

## **Ficha Técnica**

**Título:** *Os Fundamentos Económicos do Desenvolvimento Sustentável e a Coesão Regional: O Papel da Economia Social e da Economia de Proximidade*

**Autor:** Pedro Oliveira

**Instituição:** Instituto Politécnico de Santarém

**Unidade Curricular:** Economia e Inovação Social

**Tipo de documento:** Manual de Apoio à Docência

**Ano de publicação:** 2025

**Local de publicação:** Santarém, Portugal

**DOI:** 10.5281/zenodo.15024323

**Editor:** Edição de Autor

**Formato:** Digital

### **Resumo:**

O Desenvolvimento Sustentável constitui um dos desafios centrais da economia contemporânea, exigindo uma abordagem crítica às teorias do crescimento e às estratégias de desenvolvimento regional. Este manual apresenta uma sistematização das principais correntes do pensamento económico, analisando a sua relação com os desafios da sustentabilidade, com especial ênfase no papel das organizações da economia social como catalisador de inovação e transformação territorial.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, Economia Social, Economia de Proximidade, Crescimento Regional, Coesão Territorial, Inovação Social, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Número de páginas:** 62

**Direitos Autorais:** © Pedro Oliveira, 2025. Todos os direitos reservados.

**Licença:** Este documento está licenciado sob a Creative Commons **CC BY-NC 4.0 (Atribuição-NãoComercial)**.

## Índice

Sumário .....	2
1. A problemática do Desenvolvimento Sustentável .....	5
Referências .....	6
2. Correntes paradigmáticas de pensamento económico .....	7
2.1 Teorias da localização .....	7
2.1.1. <i>A localização das empresas</i> .....	7
Reflexão sobre as Teorias da Localização das Empresas e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 .....	8
2.1.2. <i>A distribuição espacial de equipamentos coletivos</i> .....	10
Reflexão sobre a Distribuição Espacial de Equipamentos Coletivos e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 .....	11
2.1.3. <i>Zonamento e estratificação social na cidade</i> .....	13
Reflexão sobre o Zonamento e a Estratificação Social na Cidade e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 .....	14
Referências do subcapítulo 2.1 .....	16
<i>Atividade de Reflexão e Aplicação Prática:</i> .....	17
2.2. Teorias do crescimento regional .....	19
2.2.1. <i>O princípio da causalidade circular e cumulativa e o crescimento desigual</i> .....	21
2.2.2. <i>A teoria da base económica (de exportação)</i> .....	23
2.2.3. <i>A teoria do crescimento polarizado</i> .....	24
Reflexão sobre as Teorias do Crescimento Regional e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 .....	26
Referências do subcapítulo 2.2 .....	27
<i>Atividade de Reflexão e Aplicação Prática: Teorias do Crescimento Regional e os ODS</i> .....	29
2.3. Teorias do desenvolvimento regional .....	30
2.3.1. <i>Teoria do desenvolvimento endógeno</i> .....	32
2.3.2. <i>Os ecossistemas regionais de inovação (social)</i> .....	34
Referências do subcapítulo 2.3 .....	37
Reflexão sobre as Teorias do Desenvolvimento Regional e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 .....	40
<i>Atividade de Reflexão e Aplicação Prática:</i> .....	42
3. Os limites do crescimento económico no alcance do bem-estar social .....	44
3.1 O conceito de bem-estar social .....	44
3.1.1. <i>A Economia Social e a Economia de Proximidade como promotoras do Bem-Estar Social</i> .....	45
Referências do subcapítulo 3.1 .....	46
3.2 Como medir o bem-estar social? .....	46
3.3 Medição do crescimento económico e o desafio das desigualdades .....	48
3.4 Crescimento económico e bem-estar social sustentáveis .....	50
3.4.1 <i>O Crescimento Económico no Contexto da Sustentabilidade Ambiental</i> .....	50
3.4.2 <i>Crescimento Económico e Qualidade do Emprego</i> .....	51
3.4.3 <i>Modelos Alternativos para um Crescimento Sustentável</i> .....	51

<i>Referências dos subcapítulos 3.2, 3.3 e 3.4</i> .....	53
<i>Questões para Reflexão</i> .....	55
4. Síntese e Perspetivas para a Economia Social e de Proximidade .....	56
<i>Referências</i> .....	58

## Sumário

O Desenvolvimento Sustentável constitui um dos desafios centrais da economia contemporânea, exigindo uma revisão crítica dos modelos tradicionais de crescimento e das estratégias de desenvolvimento regional. O conceito, consagrado na Agenda 2030 das Nações Unidas, enfatiza a necessidade de equilibrar crescimento económico, equidade social e preservação dos recursos naturais.

Neste contexto, a economia social e a economia de proximidade emergem como alternativas ao paradigma dominante, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A economia social, baseada em princípios de solidariedade e cooperação, tem um papel crucial na geração de inovação social e na promoção da coesão territorial. Complementarmente, a economia de proximidade é um modelo que valoriza circuitos curtos de produção e consumo, reduz a dependência de mercados globais e reforça a resiliência económica local.

A literatura académica destaca que estratégias de desenvolvimento endógeno são essenciais para reduzir assimetrias regionais e promover economias mais resilientes. Assim, torna-se fundamental compreender como a economia social e a economia de proximidade podem ser mobilizadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando que o crescimento económico se traduza em bem-estar social e equilíbrio ambiental.

Este manual apresenta uma sistematização das principais correntes do pensamento económico, analisando a sua relação com os desafios da sustentabilidade, com especial ênfase no papel das organizações da economia social como catalisador de inovação e transformação territorial.

Os objetivos gerais são:

- Proporcionar um enquadramento teórico sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Economia Social.
- Relacionar as principais teorias económicas com os ODS.
- Incentivar a reflexão crítica sobre os desafios económicos e sociais contemporâneos.
- Fomentar a aplicação prática dos conceitos através de estudos de caso e exercícios.

A estrutura do manual centra-se em cinco eixos fundamentais:

1. Teorias da *localização*, abordando a distribuição espacial das empresas e equipamentos coletivos, bem como os impactos do zonamento e da estratificação social nas cidades.
2. Teorias do *crescimento regional*, analisando os mecanismos de causalidade circular, da base económica das exportações e do crescimento polarizado.
3. Teorias do *desenvolvimento regional*, com foco na dinâmica de ecossistemas de inovação social e no desenvolvimento endógeno como alternativas às estratégias centralizadas e exógenas de crescimento.
4. Limites do crescimento económico no alcance do bem-estar social, refletindo-se sobre a relação entre crescimento económico, qualidade de vida e equidade

social, questionando se o crescimento, por si só, é condição suficiente para a melhoria da qualidade de vida e para a redução das desigualdades.

5. Economia social e economia de proximidade como motores de desenvolvimento sustentável, enquanto modelos alternativos de organização económica que integram preocupações sociais, ambientais e territoriais, promovendo coesão social e inclusão económica.

A compreensão dos desafios do desenvolvimento sustentável e das limitações inerentes ao crescimento económico convencional evidencia a necessidade de novos modelos de organização socioeconómica, capazes de conciliar prosperidade económica, equidade social e preservação ambiental. As teorias analisadas demonstram que o crescimento não é um processo uniforme nem automaticamente inclusivo, sendo fortemente condicionado por fatores estruturais, territoriais e institucionais, que influenciam a forma como os benefícios económicos e sociais são distribuídos.

Deste modo, a transição para uma economia mais inclusiva e sustentável exige estratégias que ultrapassem a lógica puramente expansionista, favorecendo abordagens que promovam a coesão territorial e a participação ativa das comunidades locais. O desenvolvimento sustentável não pode ser apenas avaliado em termos de crescimento do produto interno bruto (PIB) ou do volume de investimento, mas sim na capacidade de gerar impacto positivo e duradouro na qualidade de vida das populações e na resiliência dos territórios.

A economia social e a economia de proximidade assumem um papel fundamental na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, assente no envolvimento comunitário, na justiça distributiva e na valorização dos recursos endógenos. Estas abordagens representam respostas viáveis às fragilidades do atual paradigma económico, uma vez que incentivam dinâmicas produtivas sustentáveis e equitativas, reduzindo as assimetrias socioeconómicas e territoriais.

Neste sentido, o manual examina de que forma a economia social e a economia de proximidade podem ser mobilizadas como instrumentos de inovação socioeconómica e desenvolvimento territorial, promovendo um crescimento mais justo, resiliente e sustentável. Procura-se compreender a articulação destas abordagens com as políticas públicas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando que o crescimento económico não seja apenas um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar bem-estar e inclusão social.

Além disso, o manual apresenta uma revisão temática da literatura fundamental, a partir da qual se explora a relação entre as dinâmicas socioeconómicas regionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades;
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis.

Destaca-se, neste contexto, o papel das políticas públicas e das estratégias de inovação social na promoção da coesão territorial e na mitigação das desigualdades espaciais geradas pelos processos de crescimento assimétrico.

A reflexão final sublinha que a convergência entre a economia social e a economia de proximidade não deve ser entendida apenas como uma alternativa ao modelo de mercado tradicional, mas sim como uma resposta essencial para a construção de um modelo económico mais inclusivo e sustentável. O sucesso desta transição dependerá da capacidade de inovação, da diversificação das fontes de financiamento e do envolvimento das comunidades na definição e implementação de soluções coletivas.

Em síntese, este manual fornece uma base teórica e aplicada para estudantes do ensino superior, especialmente para aqueles que frequentam o Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social do Instituto Politécnico de Santarém. A metodologia adotada incentiva uma abordagem crítica e reflexiva, promovendo uma análise aprofundada da relação entre inovação, sustentabilidade e desenvolvimento regional. Ao integrar os princípios da economia social nos desafios contemporâneos, este manual visa contribuir para o debate sobre modelos alternativos de crescimento destacando o papel das organizações da economia social como agentes de transformação e coesão territorial.

# 1. A problemática do Desenvolvimento Sustentável

Os desafios contemporâneos exigem uma reflexão profunda sobre os modelos económicos, sociais e ambientais que estruturam a sociedade. O século XXI caracteriza-se por transformações globais sem precedentes, impulsionadas por mudanças tecnológicas aceleradas, pressões ambientais crescentes e desigualdades socioeconómicas persistentes. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável emerge como uma abordagem fundamental para garantir um equilíbrio entre o crescimento económico, a equidade social e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado na Agenda 2030 das Nações Unidas, implica repensar os paradigmas económicos dominantes e redefinir o papel das políticas públicas, das organizações da sociedade civil e das dinâmicas empresariais. A ONU (2015) define este compromisso global nos seguintes termos:

*“Estamos determinados a pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade e num ambiente saudável. Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo através do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e da adoção de medidas urgentes sobre as alterações climáticas, para que ele possa satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras.”*  
(Nações Unidas, 2015, p.2).

A busca por um modelo de desenvolvimento que concilie prosperidade económica com inclusão social e responsabilidade ambiental coloca desafios estruturais que exigem abordagens inovadoras e multidimensionais. Neste sentido, Vasconcelos (2010) sintetiza de forma pertinente algumas das grandes interrogações que moldam a agenda do desenvolvimento sustentável na atualidade:

*“Como combater as alterações climáticas, as quais terão uma multiplicidade de impactos (no trabalho, nas cidades, na produção e distribuição)?*

*Como reduzir a pobreza e exclusão social, ainda mais acentuadas em períodos de crise como o que vivemos?*

*Como combater a desqualificação, fazendo evoluir o sistema educativo tradicional, burocrático e dirigido centralmente, típico de uma educação “industrial”, própria dos séculos passados?*

*Como aumentar a qualidade de vida dos mais seniores, num País e numa Europa a envelhecer, onde ser idoso significa depressão, isolamento, solidão, que as soluções institucionais têm, tantas vezes, o condão de agravar?*

*Como alterar um sistema de saúde pensado para doenças agudas e tratamentos pontuais, num tempo em que proliferam as doenças crónicas, cujo tratamento depende, em grande medida, da colaboração e empenho do próprio doente ao longo de períodos prologados?*

*Que tipo de mudanças radicais nos modelos de serviço, podem ser introduzidas na administração pública, hoje confrontada com a necessidade de fazer mais com menos? E que novo papel deve o Estado assumir num mundo em que a lógica do “comando e controlo” é crescentemente substituída pela expectativa de colaboração, de criação colectiva e de participação de cidadãos e da sociedade civil?*

*Como tirar partido da capacidade e inteligência colectiva para imaginar novos futuros possíveis, novas oportunidades de solução?*

*Os desafios são vastíssimos, as novas soluções ainda escassas e sem escala. Daí a pertinência da inovação social, que se traduz em novas ideias ou em novas aplicações de ideias existentes, na resposta a necessidades sociais.” (Vasconcelos, 2010, p. 32)*

A complexidade destas questões reforça a necessidade de novos enquadramentos teóricos e operacionais, capazes de responder às mudanças globais e promover modelos de desenvolvimento mais resilientes e adaptáveis. A economia social e a economia de proximidade, enquanto abordagens centradas na valorização dos recursos locais, na cooperação e na inclusão social, apresentam-se como alternativas viáveis e sustentáveis à lógica do mercado tradicional.

O presente capítulo estrutura-se em torno da análise das correntes paradigmáticas do pensamento económico, explorando como diferentes teorias moldaram as políticas públicas e os modelos de desenvolvimento sustentável. Em particular, procura-se compreender de que forma estas abordagens influenciaram a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os desafios atuais da economia global.

Deste modo, a reflexão desenvolvida neste capítulo pretende fornecer um enquadramento teórico e crítico sobre o desenvolvimento sustentável, permitindo compreender as dinâmicas económicas, sociais e ambientais que influenciam as trajetórias de crescimento das sociedades contemporâneas.

### **Referências**

Nações Unidas (2015). *Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Resolução A/RES/70/1, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Vasconcelos, Diogo (2010). *Inovação Social, a agenda do futuro*. In: Azevedo, C., Franco, R. C., Meneses, J. W. (coordenadores). *Gestão de organizações sem fins lucrativos: O desafio da inovação social*, pp. 31-50. Porto: Imoedições - Edições Periódicas e Multimédia, Lda.

## 2. Correntes paradigmáticas de pensamento económico

O presente subcapítulo tem como objetivo analisar os paradigmas da ciência económica que marcaram o pensamento económico ao longo do século XX e que estiveram na génese do modelo de Desenvolvimento Sustentável consagrado na Agenda 2030 das Nações Unidas.

Através da revisão das principais correntes paradigmáticas, pretende-se compreender de que modo estas influenciaram as políticas públicas, os modelos de desenvolvimento regional e as estratégias empresariais, conferindo enquadramento teórico às abordagens contemporâneas ao crescimento económico sustentável.

Em particular, será analisada a forma como as referidas correntes económicas oferecem contributos teóricos para a compreensão de quatro objetivos centrais da Agenda 2030 (Figura 1).

**Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável selecionados.**



Fonte: Nações Unidas (2015).

Desta forma, o subcapítulo pretende estabelecer uma ligação entre os quadros teóricos da ciência económica e os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável. Através da análise das correntes paradigmáticas do pensamento económico, busca-se compreender como estas moldaram os modelos de crescimento e como as suas premissas explicam as dinâmicas socioeconómicas subjacentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, esta reflexão permitirá uma abordagem crítica ao papel das políticas económicas na construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo, inovador e ambientalmente responsável.

### 2.1 Teorias da localização

#### 2.1.1. A localização das empresas

As empresas escolhem as localizações ótimas na busca de vantagens competitivas sob a forma de minimização dos custos de produção e de transação, incluindo transporte, logística, informação e regulamentação (Krugman, 1991; Porter, 1998). A escolha do local onde uma empresa se estabelece depende de diversos fatores estratégicos, que podem ser organizados da seguinte forma:

a) Fontes de abastecimento de matérias-primas: a proximidade de fontes de recursos naturais e matérias-primas é essencial para reduzir custos logísticos e melhorar a

eficiência da produção, sendo um fator crucial para setores agrícolas e industriais (Weber, 1929).

b) Mercados de consumo: as empresas tendem a localizar-se em áreas densamente povoadas para reduzir custos de distribuição e estar mais próximas dos consumidores finais, maximizando as oportunidades de venda (Christaller, 1933; Lösch, 1940).

c) Áreas dotadas de mão de obra qualificada em abundância: a disponibilidade de capital humano altamente qualificado é um fator determinante para setores intensivos em conhecimento, fortemente inovadores, sendo uma característica central de clusters industriais e tecnológicos (Florida, 2002).

d) Principais vias de transporte: a conectividade logística influencia a competitividade das empresas, sendo que infraestruturas como portos, vias rodoviárias e ferroviárias desempenham um papel fundamental na integração das cadeias de abastecimento globais (Glaeser, 2011).

e) Centros de conhecimento (polos tecnológicos): a proximidade a universidades, centros de pesquisa e hubs de inovação favorece a transferência de conhecimento e inovação, fortalecendo ecossistemas empresariais baseados em tecnologia e ciência (Audretsch & Feldman, 1996).

f) Serviços financeiros eficientes: a disponibilidade de serviços financeiros, como acesso a crédito e capital de risco, facilita a expansão empresarial e a inovação, sendo um fator chave para a atratividade dos territórios (Scott, 1998).

g) Países e regiões com uma atmosfera propiciadora dos negócios: a estabilidade política, a proteção da propriedade privada, a segurança pessoal e incentivos fiscais são fatores fundamentais para atrair investimentos e fomentar o crescimento empresarial (North, 1990; Acemoglu & Robinson, 2012).

A localização das empresas é, portanto, um fenómeno multidimensional, influenciado por fatores económicos, sociais e infraestruturais que interagem de forma dinâmica no território. Embora a decisão sobre onde estabelecer uma unidade produtiva ou comercial seja frequentemente orientada pela busca de eficiência e competitividade, as suas consequências ultrapassam a esfera empresarial, influenciando a organização do espaço urbano e regional, a distribuição dos recursos e o acesso a oportunidades económicas.

Neste contexto, importa refletir sobre as implicações destas escolhas para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial. Até que ponto a concentração de empresas em determinados polos económicos gera benefícios difusos para as regiões periféricas? De que forma a localização empresarial pode reforçar desigualdades regionais ou, pelo contrário, contribuir para uma economia mais equilibrada e inclusiva? Estas questões serão exploradas na próxima secção, onde analisaremos criticamente as teorias da localização e a sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente no que respeita à inovação, às infraestruturas, à redução das desigualdades e à sustentabilidade das cidades e comunidades.

### **Reflexão sobre as Teorias da Localização das Empresas e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12**

A análise da localização das empresas evidencia que as decisões estratégicas de implantação de unidades produtivas, comerciais ou de serviços são influenciadas por um conjunto de fatores económicos, geográficos e institucionais. Estes fatores incluem a proximidade a mercados consumidores, a disponibilidade de mão de obra qualificada, as infraestruturas de transporte e comunicação, a oferta de serviços financeiros e a estabilidade regulatória e institucional.

No entanto, a lógica subjacente a estas escolhas pode reforçar desigualdades territoriais e sociais, criando padrões de concentração industrial e comercial que beneficiam determinados territórios em detrimento de outros.

Neste sentido, é possível estabelecer uma relação entre as ilações produzidas na secção relativa às Teorias da Localização das Empresas e os ODS:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas:

A concentração empresarial em determinadas regiões pode estimular a inovação e o desenvolvimento de infraestruturas especializadas, promovendo clusters industriais e tecnológicos que aumentam a competitividade global das economias. No entanto, é fundamental que a industrialização ocorra de forma inclusiva e sustentável, garantindo que todas as regiões tenham acesso a investimentos que impulsionem a produtividade e o bem-estar económico.

- ODS 10 – Redução das Desigualdades:

A teoria da localização revela que a implantação desigual de empresas e indústrias pode acentuar as disparidades económicas e sociais entre regiões. Enquanto centros urbanos dinâmicos atraem novos negócios e investimentos, áreas periféricas ou menos desenvolvidas enfrentam dificuldades em captar investimentos e promover emprego qualificado. Torna-se, assim, crucial adotar políticas públicas que incentivem a desconcentração económica, promovendo oportunidades mais equitativas para territórios menos favorecidos.

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:

O crescimento urbano desordenado, impulsionado pela localização das empresas em grandes metrópoles, pode gerar problemas de acessibilidade, poluição, congestionamento e pressão sobre os serviços urbanos. A criação de políticas de desenvolvimento territorial sustentável, que distribuam de forma mais equilibrada as atividades económicas, pode reduzir os efeitos negativos da concentração industrial e comercial, garantindo que as cidades cresçam de forma ordenada e inclusiva.

- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis:

A decisão sobre a localização das empresas afeta diretamente os padrões de produção e consumo, bem como a eficiência no uso de recursos. A proximidade entre unidades produtivas e mercados consumidores pode reduzir os impactos ambientais relacionados com transporte e logística, enquanto a concentração excessiva em determinadas regiões pode gerar desperdício de recursos e sobrecarga nos ecossistemas locais. A adoção de práticas sustentáveis de localização industrial e comercial, associadas a modelos de economia circular e de eficiência energética, é essencial para assegurar um desenvolvimento económico compatível com a preservação ambiental.

## **Conclusão**

A localização das empresas não é um fenómeno isolado, mas sim um elemento central nas dinâmicas económicas e sociais de um território. A lógica de maximização da eficiência e da competitividade, que frequentemente orienta as decisões empresariais, deve ser conciliada com políticas públicas que garantam um desenvolvimento económico equilibrado, inclusivo e ambientalmente responsável.

A relação com os ODS evidencia que é necessário um planeamento estratégico que reduza as desigualdades territoriais, promova a inovação sustentável e evite a degradação dos recursos naturais, assegurando que a distribuição das atividades económicas contribua para um modelo de crescimento mais justo e sustentável.

### ***2.1.2. A distribuição espacial de equipamentos coletivos***

A dotação de equipamentos coletivos (creches, escolas, lares, cantinas, jardins, pavilhões desportivos, bibliotecas, centros de saúde e hospitais, aeroportos, barragens, autoestradas, etc.) depende da sua sustentabilidade económica (Ostrom, 1990; Samuelson, 1954). Para o efeito, importa considerar a relação custo/benefício dos equipamentos consoante o seu 'limiar de rendibilidade', trate-se de um bem privado ou de um bem público.

Esse limiar implica que a provisão deverá ser assegurada respetivamente através:

- Do mercado, havendo um limiar mínimo de rendibilidade a ponto de a procura ser suficiente para gerar receitas totais que cubram os custos totais de produção/exploração (bem/serviço) (Hotelling, 1938; Coase, 1960).
- Do Estado (em sentido amplo), na condição de existirem contribuintes/residentes no território-alvo em condição de "pagar", indiretamente (através de impostos) ou diretamente (por via de taxas), a existência do equipamento (Musgrave, 1959; Stiglitz, 1988).

Portanto, à medida que aumenta o volume de recursos necessário para assegurar a dotação de um determinado equipamento, maior terá de ser a dimensão do mercado (bens privados) ou da população-alvo (desde bens públicos locais a bens públicos nacionais).

Significa isto que, na repartição espacial dos equipamentos coletivos, haverá uma correlação positiva entre: a dimensão dos aglomerados populacionais, o poder de compra (ou rendimento) por habitante, e a variedade e qualidade de equipamentos coletivos que neles estão implantados (Christaller, 1933; Alonso, 1964).

Os economistas associam à grandeza (ou escala) populacional o conceito de economias de aglomeração (ou de urbanização) (Marshall, 1890; Krugman, 1991). Estas economias explicam como a concentração espacial de população e atividades económicas gera ganhos de produtividade e eficiência na prestação de bens e serviços.

Assim:

- i. Quanto maior a dimensão da clientela ou população-alvo, maior será a rentabilização de um equipamento ou infraestrutura cujo investimento e/ou os custos fixos de manutenção sejam muito elevados (Christaller, 1933; Lösch, 1940).
- ii. Quanto maior o aglomerado populacional (ou a dimensão dos centros urbanos), maior será a probabilidade de atrair equipamentos coletivos de nível superior – aqueles que exigem maior dimensão da população-alvo para viabilizar economicamente a sua existência (Henderson, 1974).
- iii. As cidades de maior dimensão tornam-se foco de atração de serviços e equipamentos diferenciados ou de elevado nível de qualidade. Com efeito, a diversidade de equipamentos coletivos de nível superior tende a ser maior nos

grandes centros populacionais, dado que frequentemente servem a mesma ‘clientela’ ou população-alvo. Deste modo, tendem a atrair residentes noutras cidades e vilas situadas na sua área de influência (Glaeser, 2011; Duranton & Puga, 2004).

- iv. As cidades de menor dimensão irão especializar-se na “oferta” de equipamentos menos complexos (ou dispendiosos), beneficiando das deseconomias de aglomeração das grandes cidades (congestionamento, custo de vida, etc.) (Jacobs, 1969). Dada a sua menor dimensão, estarão em condições de disponibilizar menos serviços coletivos, podendo contrariar esta desvantagem por via de redes urbanas compostas por centros urbanos de pequena e média dimensão que oferecem em complementaridade equipamentos de nível superior (equiparando-se, em conjunto, aos grandes centros urbanos e aliviando estes da pressão populacional) (Camagni, 2002).

A distribuição espacial dos equipamentos coletivos, embora influenciada por critérios de rentabilidade económica e eficiência, desempenha um papel central na organização do território e na qualidade de vida das populações. A relação entre a dimensão dos centros urbanos e a dotação de infraestruturas revela padrões de concentração e especialização que podem reforçar desigualdades territoriais ou, quando bem planeados, contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Dessa forma, é fundamental refletir sobre as implicações desta dinâmica na promoção da coesão social e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Será que a lógica de mercado na alocação de equipamentos coletivos garante um acesso equitativo a serviços essenciais? De que forma as políticas públicas podem mitigar as disparidades regionais e garantir que as infraestruturas respondem efetivamente às necessidades das populações? Estas questões serão abordadas na próxima secção, onde analisaremos criticamente a distribuição dos equipamentos coletivos e a sua relação com os ODS 9, 10, 11 e 12, explorando o impacto das infraestruturas na promoção de cidades e comunidades sustentáveis, na redução das desigualdades e no fortalecimento das economias regionais.

### **Reflexão sobre a Distribuição Espacial de Equipamentos Coletivos e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12**

A análise da distribuição espacial de equipamentos coletivos demonstra que a dotação de infraestruturas essenciais – como escolas, hospitais, transportes, espaços culturais e desportivos – depende da sua sustentabilidade económica e do equilíbrio entre custo e benefício. No entanto, a lógica de mercado que orienta a localização desses equipamentos pode reforçar desigualdades territoriais, concentrando infraestruturas de maior qualidade em regiões economicamente mais dinâmicas, enquanto territórios periféricos ou menos populosos ficam mais vulneráveis a défices de serviços essenciais.

Neste sentido, as implicações das ilações produzidas nesta secção podem ser relacionadas com os ODS 9, 10, 11 e 12<sup>1</sup>:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas:

A dotação de equipamentos coletivos está diretamente ligada à necessidade de

---

<sup>1</sup> Consultar o seu enunciado em BCSD Portugal (2022) [em linha]: <https://ods.pt/objectivos/10-reduzir-as-desigualdades/> [último acesso em: 03.03.2025].

desenvolver infraestruturas sustentáveis e resilientes, especialmente nos territórios mais vulneráveis. A Meta 9.1 enfatiza a importância de garantir que todas as regiões, incluindo as menos desenvolvidas, tenham acesso a infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes. A distribuição equitativa dessas infraestruturas é fundamental para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, assegurando que todas as comunidades possam participar ativamente na economia global. A ausência de investimentos adequados em infraestruturas essenciais pode comprometer a inclusão social e económica, acentuando disparidades regionais e limitando o potencial de crescimento sustentável dos territórios.

- ODS 10 – Redução das Desigualdades:

A hierarquização dos equipamentos coletivos resulta, muitas vezes, numa concentração de serviços públicos essenciais nas áreas economicamente mais dinâmicas, o que agrava as desigualdades regionais e sociais. A Meta 10.b defende o aumento da assistência financeira a regiões desfavorecidas para garantir que todas as populações tenham acesso a serviços essenciais, independentemente da sua localização geográfica. A implementação de políticas públicas que incentivem uma distribuição mais equitativa das infraestruturas pode mitigar essas disparidades, permitindo maior coesão territorial e social.

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:

A relação entre a dimensão populacional e a provisão de equipamentos coletivos está diretamente ligada ao desenvolvimento urbano sustentável. O crescimento desordenado das cidades e a falta de infraestruturas nas periferias criam desafios no acesso a serviços básicos, transporte e habitação, aumentando fenómenos de exclusão social e pressão sobre os centros urbanos. A Meta 11.1 destaca a necessidade de assegurar habitação adequada e serviços básicos acessíveis a todos, enquanto a Meta 11.2 enfatiza a importância de garantir sistemas de transporte sustentáveis e inclusivos para melhorar a conectividade das comunidades e reduzir desigualdades territoriais.

- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis:

A distribuição espacial dos equipamentos coletivos está também relacionada com a gestão eficiente dos recursos públicos e a sustentabilidade dos investimentos em infraestruturas. Este ODS salienta a necessidade de garantir padrões sustentáveis na construção, manutenção e utilização das infraestruturas públicas, minimizando desperdícios e garantindo o acesso equitativo aos serviços essenciais. A sustentabilidade económica dos equipamentos coletivos implica que as políticas de ordenamento do território tenham em consideração não apenas a viabilidade financeira dos investimentos, mas também a sua relevância social e ambiental a longo prazo.

## **Conclusão**

A distribuição espacial dos equipamentos coletivos, orientada pela lógica de mercado e pela procura populacional, pode reforçar desigualdades territoriais se não for acompanhada por estratégias de planeamento territorial inclusivo e sustentável. A relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 destaca a necessidade de políticas públicas que

promovam infraestruturas acessíveis, equidade no acesso aos serviços básicos e um modelo de crescimento urbano mais equilibrado.

Assim, para garantir um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável, é essencial que a distribuição dos equipamentos coletivos não se limite a critérios de rentabilidade económica, mas integre preocupações sociais e ambientais, assegurando que todas as comunidades tenham acesso a serviços fundamentais para a sua qualidade de vida e inclusão no processo de desenvolvimento.

### **2.1.3. Zonamento e estratificação social na cidade**

O uso do solo urbano é disputado pelos agentes económicos em função da distância ao CBD ('Central Business District'), a zona mais cara nas grandes cidades, dada a intensa procura por parte das grandes empresas (sedes e escritórios de filiais de multinacionais) e dos serviços centrais do Estado – tornando-se, portanto, um centro financeiro e administrativo (Alonso, 1964; Fujita, 1989).

Trata-se do centro de negócios, de emprego altamente qualificado e mais bem remunerado, servido por uma densa malha de redes multimodais de transportes, dotado de largas avenidas desenhadas para facilitar grande volume de tráfego de viaturas e de transeuntes, atraindo multidões diariamente em movimentos pendulares – e com elas a restauração e serviços à medida das rotinas diárias de quem trabalha nesta zona (incluindo lojas de luxo) (Glaeser *et al.*, 2001).

A disputa enorme pelo solo disponível no CBD favorece a construção em altura, reconfigurando o típico centro histórico ao ponto de progressivamente a tradicional função residencial (nos bairros históricos) dar lugar a comércio e serviços especializados, culminando na descaracterização arquitetónica e progressiva desertificação humana (Smith, 1987).

O solo disponível é rapidamente edificado por força da especulação imobiliária, induzindo a terciarização dos grandes centros urbanos e o surgimento de condomínios de luxo onde outrora existiam bairros populares predominantemente habitados por residentes de fraca condição socioeconómica, embora dotados de intenso espírito de vizinhança (Harvey, 2012).

Cabe a este propósito referir o conceito de **gentrificação**, termo que descreve o processo de transformação urbana em que a população original de um bairro de classe média ou baixa é progressivamente substituída por moradores de classe média-alta, atraídos pela requalificação da área e pelo aumento da valorização imobiliária (Glass, 1964; Lees, 2003). Este fenómeno é muitas vezes incentivado por políticas urbanas voltadas para a revitalização económica das cidades, mas frequentemente resulta na expulsão de moradores tradicionais devido ao aumento do custo de vida e dos preços dos imóveis (Slater, 2011).

Constata-se, pois, que o centro da cidade e respetiva área envolvente tende a estar ao alcance somente de segmentos da população com maior poder de compra ou capacidade contributiva, interessados em áreas residenciais muito acessíveis aos empregos e dotadas com serviços de proximidade que conferem conforto e qualidade de vida (Harvey, 2005; Sassen, 1991).

Em contrapartida, à medida que o rendimento diminui, as famílias vão sendo “empurradas” para a periferia, onde a disponibilidade de solo é maior, facilitando a

construção de edifícios residenciais e escritórios mais económicos e a instalação de armazéns e de grandes superfícies comerciais grossistas e retalhistas – as chamadas “catedrais de consumo” (Zukin, 1998). Simultaneamente, porque existe menor densidade de serviços qualificados – na área da banca, da consultoria jurídica, das tecnologias de informação e da comunicação, e da consultoria de gestão/auditoria e administração central – nota-se maior abundância de emprego não qualificado (mais mal remunerado), a par das zonas industriais, que implicam maior fluxo de tráfego de mercadorias, gerando riscos agravados de poluição ambiental (Soja, 2000).

Com a expansão urbana, alimentada pela especulação imobiliária e migrações, a configuração dos bairros nos limites urbanos vai denunciando o menor rendimento dos seus residentes (e, claro, a maior incidência de pobreza), visível na menor qualidade de construção e monotonia estética dos bairros edificados (Smith, 1987). A agravar o ambiente humano, assiste-se vulgarmente à menor dotação de espaços públicos úteis e agradáveis para os moradores (jardins, escolas, centros de saúde, etc.), obrigando muitos residentes nesses bairros periféricos a percorrer longas distâncias para aceder a esses serviços (Jacobs, 1961).

Além disso, observa-se a desarticulação das infraestruturas básicas (saneamento e rede de transportes) à medida que cresce a malha urbana de forma tendencialmente desordenada e caótica – um fenómeno evidente nos bairros clandestinos, sobretudo nas décadas de 1960 a 1990 em Portugal (Santos, 1993). Neste contexto, é frequente observar-se maior incidência de desemprego, dependência da assistência social, marginalidade e violência – em síntese, exclusão social (Wacquant, 2008).

A forma como o solo urbano é utilizado e segmentado reflete não apenas dinâmicas económicas, mas também processos sociais e políticos que moldam a distribuição das oportunidades e da qualidade de vida nas cidades. O crescimento urbano desordenado, impulsionado pela especulação imobiliária e pela concentração de atividades económicas no centro, contribui para a segregação socioespacial, onde os diferentes grupos populacionais se distribuem de acordo com o seu nível de rendimento e acesso a recursos.

Diante desse cenário, é essencial refletir sobre as consequências dessas dinâmicas para a sustentabilidade e inclusão urbana. Até que ponto o crescimento das cidades tem promovido maior equidade social? Como garantir que a estruturação dos espaços urbanos contemple o direito à cidade para todas as camadas da população? De que forma políticas públicas e instrumentos de planeamento podem atenuar os impactos negativos da segregação espacial e promover cidades mais inclusivas e sustentáveis?

Essas questões serão exploradas na próxima secção, onde analisaremos a relação entre o zonamento, a estratificação social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Será discutido de que maneira as políticas urbanas podem contribuir para a redução das desigualdades, a melhoria da acessibilidade aos serviços essenciais e a promoção de um modelo de desenvolvimento urbano mais equilibrado e resiliente.

### **Reflexão sobre o Zonamento e a Estratificação Social na Cidade e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12**

A análise do zonamento e da estratificação social na cidade evidencia que a ocupação do solo urbano não ocorre de forma aleatória, mas sim influenciada por fatores económicos, sociais e políticos. A valorização imobiliária, a localização dos centros de

negócios, a distribuição de infraestruturas públicas e privadas e os padrões de mobilidade urbana são elementos determinantes na organização espacial das cidades. Estes processos frequentemente resultam na segregação socioespacial, onde grupos com maior poder económico ocupam áreas centrais e bem servidas de equipamentos urbanos, enquanto populações com menor rendimento são deslocadas para as periferias ou áreas menos favorecidas, limitando o seu acesso a oportunidades económicas e sociais.

Neste contexto, as conclusões desta secção podem ser relacionadas, nos seguintes termos, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9, 10, 11 e 12:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas:

A distribuição desigual das infraestruturas urbanas afeta a capacidade das cidades de oferecer desenvolvimento económico equilibrado e inovação acessível a todos. Este ODS preconiza que os investimentos em infraestruturas urbanas e industriais devem ser inclusivos e resilientes, garantindo que não apenas as áreas centrais beneficiem de redes de transporte, serviços tecnológicos e infraestruturas de inovação. Para evitar um modelo urbano excludente e desigual, é essencial que o crescimento das cidades seja acompanhado de planeamento urbano sustentável e políticas de desenvolvimento equilibrado.

- ODS 10 – Redução das Desigualdades:

O zonamento urbano reflete e amplifica desigualdades socioeconómicas, pois a ocupação desigual do território urbano restringe oportunidades de emprego, acesso a serviços e mobilidade social para as populações mais vulneráveis. A Meta 10.b enfatiza a necessidade de canalizar investimentos e apoios financeiros para territórios que enfrentam dificuldades estruturais, promovendo políticas urbanas que reduzam a segregação espacial e garantam maior equidade na distribuição dos recursos. Além disso, a adoção de políticas de habitação acessível e de mobilidade inclusiva pode contribuir para mitigar a marginalização territorial de determinadas populações.

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:

A segregação socioespacial descrita no documento está diretamente ligada aos desafios do desenvolvimento urbano sustentável. A concentração de oportunidades nos centros urbanos e a consequente expulsão da população de menor rendimento para as periferias dificultam o acesso a habitação digna, transporte acessível e serviços públicos essenciais. A Meta 11.1 defende que todas as pessoas devem ter acesso a habitação segura e a preços acessíveis, enquanto a Meta 11.2 salienta a importância da expansão dos transportes públicos sustentáveis para garantir que os residentes das periferias possam deslocar-se de forma acessível e eficiente. Para reverter a marginalização territorial, é essencial que as cidades adotem planeamento urbano integrador, promovendo bairros mistos e acessibilidade universal.

- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis:

A forma como o solo urbano é utilizado e segmentado tem impactos diretos na gestão sustentável dos recursos urbanos e na eficiência dos padrões de consumo. O crescimento desordenado e a expansão das periferias podem gerar aumento dos custos ambientais e infraestruturais, devido ao maior consumo energético,

desperdício de solos urbanos e necessidade de investimentos contínuos em transportes e serviços públicos. A Meta 12.8 defende que as cidades devem adotar estratégias que garantam a utilização eficiente dos recursos e a minimização dos impactos ambientais do crescimento urbano, promovendo práticas sustentáveis na habitação e nos serviços urbanos.

## Conclusão

O zonamento e a estratificação social na cidade resultam de processos económicos e políticos que moldam a distribuição do espaço urbano e influenciam diretamente oportunidades de desenvolvimento, acesso a serviços e qualidade de vida. A sua relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 demonstra que um crescimento urbano não planeado e socialmente excludente pode acentuar desigualdades socioeconómicas, sobrecarregar infraestruturas e comprometer a sustentabilidade ambiental das cidades.

Para garantir cidades mais equitativas, sustentáveis e resilientes, torna-se essencial adotar políticas urbanas que combatam a segregação espacial, promovam a equidade na distribuição das infraestruturas e serviços públicos e incentivem modelos de desenvolvimento que respeitem os princípios da inclusão e da sustentabilidade ambiental.

## Referências do subcapítulo 2.1

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. Crown Publishers.
- Alonso, W. (1964). *Location and Land Use. Toward a General Theory of Land Rent*. Cambridge: Harvard University Press. <http://dx.doi.org/10.4159/harvard.9780674730854>
- Audretsch, D. B., & Feldman, M. P. (1996). R&D spillovers and the geography of innovation and production. *The American Economic Review*, 86(3), 630-640.
- Camagni, R. (2002). On the concept of territorial competitiveness: Sound or misleading? *Urban Studies*, 39(13), 2395-2411.
- Christaller, W. (1933). *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Gustav Fischer Verlag.
- Coase, R. H. (1960). The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, 3(1), 1-44.
- Duranton, G., & Puga, D. (2004). Micro-foundations of urban agglomeration economies. In J. V. Henderson & J. F. Thisse (Eds.), *Handbook of regional and urban economics* (Vol. 4, pp. 2063-2117). Elsevier.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Basic Books.
- Fujita, M. (1989). *Urban economic theory: Land use and city size*. Cambridge University Press.
- Fujita, M., Krugman, P., & Venables, A. J. (1999). *The spatial economy: Cities, regions, and international trade*. MIT Press.
- Glaeser, E. L. (2011). *Triumph of the city: How our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier*. Penguin Press.
- Glaeser, E. L., Kahn, M. E., & Rappaport, J. (2001). Job sprawl: Employment decentralization and the stability of employment deconcentration in the United States. *Brookings-Wharton Papers on Urban Affairs*, 2(1), 1-47.
- Glass, R. (1964). Introduction: Aspects of change. In Centre for Urban Studies (Ed.), *London: Aspects of change* (pp. xiii-xlii). MacGibbon & Kee.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.

- Harvey, D. (2012). *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Verso Books.
- Henderson, J. V. (1974). The sizes and types of cities. *The American Economic Review*, 64(4), 640-656.
- Hotelling, H. (1938). The general welfare in relation to problems of taxation and of railway and utility rates. *Econometrica*, 6(3), 242-269.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities*. Random House.
- Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. Random House.
- Krugman, P. (1991). *Geography and trade*. MIT Press.
- Lees, L. (2003). Super-gentrification: The case of Brooklyn Heights, New York City. *Urban Studies*, 40(12), 2487-2509. <https://doi.org/10.1080/0042098032000136229>
- Lösch, A. (1940). *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*. Gustav Fischer Verlag.
- Marshall, A. (1890). *Principles of economics*. Macmillan.
- Musgrave, R. A. (1959). *The theory of public finance: A study in public economy*. McGraw-Hill.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.
- Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77-90.
- Samuelson, P. A. (1954). The pure theory of public expenditure. *The Review of Economics and Statistics*, 36(4), 387-389.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. Hucitec.
- Sassen, S. (1991). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press.
- Scott, A. J. (1998). *Regions and the world economy: The coming shape of global production, competition, and political order*. Oxford University Press.
- Slater, T. (2011). Gentrification of the city. In G. Bridge & S. Watson (Eds.), *The new Blackwell companion to the city* (pp. 571-585). Blackwell Publishing.
- Smith, N. (1987). Gentrification and the rent gap. *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), 462-465.
- Soja, E. W. (2000). *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions*. Blackwell.
- Stiglitz, J. E. (1988). *Economics of the public sector*. W. W. Norton & Company.
- Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.
- Weber, A. (1929). *Theory of the location of industries*. University of Chicago Press.
- Zukin, S. (1998). Urban lifestyles: Diversity and standardisation in spaces of consumption. *Urban Studies*, 35(5-6), 825-839.

### **Atividade de Reflexão e Aplicação Prática:**

Objetivo:

Esta atividade desafia os estudantes a estabelecerem conexões entre os princípios das Teorias da Localização e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), analisando de que forma os conceitos abordados influenciam a organização territorial, o crescimento industrial, a mobilidade urbana e a inclusão social.

Desafio:

Com base nos conteúdos abordados, reflita e explore como os seguintes tópicos dos ODS se relacionam com os três eixos fundamentais das Teorias da Localização. Utilize exemplos reais, políticas públicas ou estudos de caso para fundamentar a sua análise.

Relação entre os ODS e as Teorias da Localização:

● ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

◆ Meta 9.2: Promover a industrialização inclusiva e sustentável, aumentando a participação da indústria no setor de emprego e no PIB.

→ Questões para reflexão:

De que forma a localização das empresas influencia o desenvolvimento industrial sustentável?

Como pode a escolha estratégica da localização empresarial contribuir para a inovação e competitividade regional?

● ODS 10 – Redução das Desigualdades

◆ Meta 10.7: Facilitar a mobilidade das pessoas de forma ordenada e segura através de políticas de migração planeadas.

→ Questão para reflexão:

De que modo a distribuição espacial de equipamentos coletivos pode influenciar a mobilidade populacional e reduzir desigualdades territoriais?

● ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

- ◆ Meta 11.1: Garantir acesso universal à habitação segura e serviços básicos.
- ◆ Meta 11.2: Proporcionar sistemas de transporte acessíveis, sustentáveis e seguros.
- ◆ Meta 11.7: Criar espaços públicos inclusivos e acessíveis.
- ◆ Meta 11.a: Promover um planeamento urbano e regional equilibrado.
- ◆ Meta 11.b: Implementar políticas urbanas sustentáveis para mitigar desigualdades e riscos ambientais.

→ Questões para reflexão:

Como é que o zonamento urbano e a estratificação social moldam a acessibilidade à habitação, aos transportes e aos serviços urbanos?

Que políticas podem reduzir os impactos negativos da segregação socioespacial?

● ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis

◆ Meta 12.8: Garantir que todas as pessoas tenham informação e consciencialização sobre o desenvolvimento sustentável.

→ Questão para reflexão:

Como é que a distribuição dos equipamentos coletivos e o ordenamento urbano pode incentivar práticas mais sustentáveis de produção e consumo nas cidades?

### Instruções para o Estudante:

- ✓ Escolha pelo menos dois dos tópicos acima e desenvolva uma análise crítica sobre a sua relação com as Teorias do Desenvolvimento Regional.
- ✓ Utilize exemplos concretos (nacionais ou internacionais) para ilustrar a sua argumentação.
- ✓ Caso esteja a trabalhar em grupo, debata as respostas com os colegas e proponham estratégias inovadoras para tornar as políticas regionais mais inclusivas e sustentáveis.
- ✓ Registe as suas reflexões e relacione as conclusões com políticas públicas ou iniciativas locais que promovam a coesão territorial.

💡 Dica: Recorrer a estudos de caso, planos urbanos, estatísticas ou notícias para enriquecer a sua análise.

## 2.2. Teorias do crescimento regional

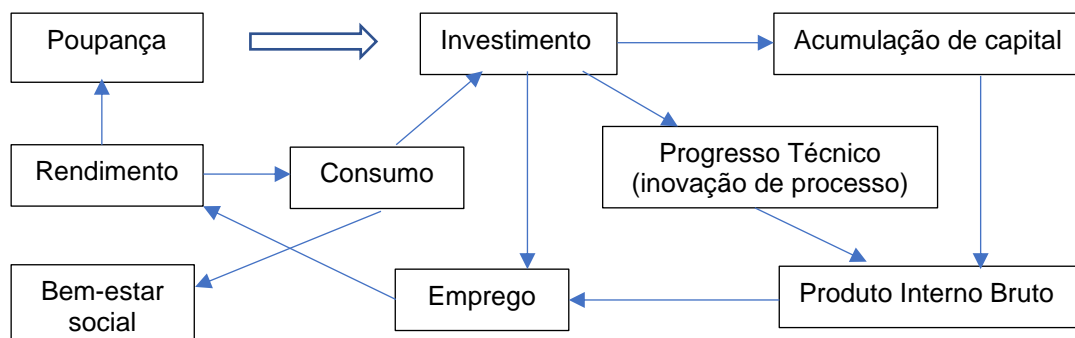
Previamente, deve-se assumir que este conjunto de teorias espelha um debate muito intenso e controverso em torno de uma clivagem à volta dos conceitos de crescimento económico e desenvolvimento (Sen, 1999; Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009).

Simplificando, os economistas da corrente neoclássica interpretam o crescimento económico como a essência do desenvolvimento, traduzindo-se num processo histórico de crescimento sustentado do rendimento ou valor acrescentado (produto interno) por habitante, implicando a melhoria do padrão de vida da população através de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico (Solow, 1956; Lucas, 1988; Romer, 1990).

A teoria do crescimento endógeno enfatiza que a acumulação de capital humano e inovação tecnológica são os principais motores do crescimento económico sustentado, diferenciando-se da visão tradicional neoclássica ao atribuir papel crucial ao conhecimento e às instituições na promoção do desenvolvimento (Romer, 1994; Acemoglu & Robinson, 2012).

O esquema analítico seguinte pode ser visto como ilustrativo da visão sistémica subjacente a esta corrente.

**Figura 2: mecanismos de transmissão entre variáveis económicas.**



Fonte: elaboração própria.

Tendo como pano de fundo a lei da procura e da oferta, ilustrada pela metáfora da célebre “mão invisível” de Adam Smith (1776), a poupança é fundamental para financiar o investimento (aquisição de bens de produção e/ou despesas realizadas em I&D) que induzam aumento do ‘stock’ de capital a longo prazo e a produtividade do trabalho (inovação de processo) (Solow, 1956; Romer, 1990). Tal induzirá uma trajetória de crescimento do PIB (valor da riqueza gerada num país ou região em função da quantidade de bens e serviços transacionados no mercado num dado período), suportado simultaneamente pelo aumento do volume de emprego – embora o crescimento deste possa ser mais lento devido ao risco de substituição do trabalho por capital, decorrente do progresso técnico (Acemoglu & Autor, 2011).

Do aumento do volume de emprego, inevitável face ao aumento da atividade produtiva, deverá resultar o aumento do rendimento pago aos fatores de produção (trabalho e capital) e, por consequência, tanto do consumo quanto da poupança (Keynes, 1936). Como o aumento do consumo significa a maior procura de bens no mercado, então as empresas deverão continuar a investir para obter mais receitas e aumentar os seus lucros. O aumento da poupança permitirá financiar, por meio da intermediação do sistema bancário, as necessidades de investimento que porventura superem as disponibilidades de capitais próprios das empresas que o queiram realizar (Schumpeter, 1934).

A intermediação do sistema bancário desempenha um papel crucial no financiamento do investimento, permitindo que recursos sejam alocados de forma eficiente para setores produtivos. Segundo Coase (1937), as empresas surgem precisamente para minimizar os custos de transação associados ao mercado, optando por internalizar processos quando os custos do mercado superam os benefícios da descentralização. Williamson (1985) expande essa teoria, argumentando que as empresas estruturam contratos e hierarquias internas para otimizar a eficiência e reduzir incertezas.

A acumulação de capital não ocorre apenas devido à poupança individual, mas também como resultado da organização empresarial e da eficiência dos mercados financeiros em canalizar recursos para investimentos produtivos (Stiglitz & Weiss, 1981). Como o aumento do consumo significa maior procura de bens no mercado, as empresas continuam a investir para obter mais receitas e aumentarem os seus lucros, reforçando o círculo virtuoso de crescimento (Keynes, 1936).

No entanto, se os custos de transação forem elevados e o sistema financeiro for ineficiente, poderá haver restrições ao crescimento, uma vez que as empresas terão dificuldades em obter financiamento adequado para expandirem as suas operações (Coase, 1960; Williamson, 1975). Assim, um mercado eficiente reduz assimetrias de informação e assegura um fluxo sustentável de investimento para o crescimento económico de longo prazo.

Existe uma outra corrente, no ramo da economia política do desenvolvimento, mais focada nos frutos desse processo de acumulação em matéria de ganhos de bem-estar equitativamente repartidos (Sen, 1999).

Trata-se, pois, da tese de que o desenvolvimento implica mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas (Lewis, 1954). Por outras palavras, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia atrasada numa economia moderna, dinâmica e eficiente, com melhoria nos

indicadores de bem-estar económico e social – como a pobreza, o desemprego, as condições de saúde e alimentação, o saneamento básico, a educação, a segurança, a habitação, a cultura, o desporto, o acesso à informação e a inovação (Todaro & Smith, 2020).

Ou seja, o crescimento económico é visto como condição indispensável para o desenvolvimento, porém, não suficiente (Rostow, 1960). Portanto, o processo de desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma vez que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a população como um todo. O desenvolvimento deve ser entendido como um processo de crescimento acompanhado de alterações estruturais na economia, o qual depende das características de cada país ou região, da sua história económica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais existentes (Hirschman, 1958).

É com base nesta premissa que identificamos, de seguida, três importantes referências teóricas que em comum têm a perspetiva de um desenvolvimento desequilibrado, tanto à escala dos países quanto das regiões dentro de um mesmo país – daí também serem designadas de teorias do crescimento desigual (Myrdal, 1957; Perroux, 1950).

### **2.2.1. O princípio da causalidade circular e cumulativa e o crescimento desigual**

A teoria do economista sueco Gunnar Myrdal (Prémio Nobel da Economia de 1974<sup>2</sup>) foi elaborada a partir de um estudo que o próprio realizou sobre o racismo nos EUA<sup>3</sup>, cuja origem em seu entender assentaria num conjunto de aspetos interdependentes, circulares e cumulativos (Myrdal, 1944). Tratar-se-ia de um processo cumulativo, que, se não fosse controlado, levaria ao aprofundamento das desigualdades sociais não apenas naquele país específico, mas em diferentes países, incluindo África, Ásia e América Latina – sendo essas desigualdades ainda mais graves nos países menos desenvolvidos (Myrdal, 1957).

Extrapolando a sua visão dicotómica, Myrdal assume existirem dois grupos de países:

- os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de rendimento per capita;
- e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por níveis de rendimento per capita extremamente reduzidos e baixos índices de crescimento económico (Myrdal, 1968).

Myrdal também argumenta que **as disparidades de crescimento económico podem ocorrer dentro dos próprios países**, visto que, nos países desenvolvidos, há **regiões estagnadas**, assim como, nos países subdesenvolvidos, existem **regiões prósperas**. Esta dualidade de crescimento económico e de desenvolvimento levou o autor a formular uma teoria para explicar a dinâmica económica regional, entre e dentro dos países, baseada num *processo de causalidade circular cumulativa*, no qual o sistema económico é considerado como sendo algo eminentemente instável e desequilibrado (Myrdal, 1957).

---

<sup>2</sup> Biografia em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/myrdal/biographical/>

<sup>3</sup> A obra fundamental de Myrdal (1957) é contemporânea da luta pacífica pelo reconhecimento dos direitos civis dos negros norte-americanos, iniciada em 1955 por Martin Luther King (Prémio Nobel da Paz, em 1964).

## ***Centro versus Periferia e o Crescimento Desigual***

A essência desta teoria assenta no contraste ‘centro *versus* periferia’ (Myrdal, 1957). Segundo essa ótica, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões porquanto tende a ser desequilibrado e a favorecer as economias mais desenvolvidas em detrimento das mais pobres. Essa visão alinha-se com os estudos sobre crescimento desigual e dependência estrutural, como os desenvolvidos por Prebisch (1950) e Hirschman (1958).

O próprio processo de desenvolvimento cria **economias externas de aglomeração** favoráveis à sua continuidade, gerando efeitos de sucção (‘backwash effects’) de recursos estratégicos para o desenvolvimento dos países e regiões periféricas (Myrdal, 1957).

Os efeitos de sucção ocorrem através de<sup>4</sup>:

- A migração da população ativa mais jovem e de técnicos altamente qualificados para as regiões centrais;
- O movimento de capitais em busca de taxas de rentabilidade mais elevadas nas economias mais desenvolvidas;
- O comércio internacional, que favorece áreas centrais onde há maior valor acrescentado na produção (Myrdal, 1957).

Além da evasão de capitais e de trabalhadores, as regiões menos desenvolvidas enfrentam infraestruturas deficientes e falta de serviços públicos básicos, o que dificulta o processo de acumulação. Além disso, os países mais ricos exportam produtos manufaturados de maior valor acrescentado, enquanto os países mais pobres exportam matérias-primas básicas e alimentos não processados, cujos preços são altamente voláteis no comércio internacional (Prebisch, 1950). Esta desigualdade nos termos de troca acentua as assimetrias regionais.

De acordo com Coase (1960), os mercados podem corrigir externalidades através da definição eficiente de direitos de propriedade; mas, como Myrdal aponta, se não houver intervenção estatal, os efeitos de polarização agravam-se. O crescimento regional desigual reflete falhas de mercado que resultam em distribuição desigual de capital, infraestruturas e oportunidades (Williamson, 1975).

A intervenção estatal torna-se, assim, crucial para corrigir desequilíbrios estruturais e mitigar os efeitos negativos das forças de mercado. Myrdal defende que as políticas públicas devem atuar na distribuição de recursos, influenciando a alocação do capital e das infraestruturas para regiões menos desenvolvidas. Se deixadas ao acaso, as forças de mercado reforçarão desigualdades, algo que Williamson (1985) também enfatiza na necessidade de estruturas institucionais fortes para garantir equidade económica.

Apesar dessa dinâmica negativa, Myrdal também admite a existência dos **efeitos propulsores ou de difusão** (‘spread effects’), nos quais as regiões periféricas podem ser beneficiadas através de:

---

<sup>4</sup> Este conceito de ‘backwash effects’ também foi explorado por Perroux (1950), ao descrever como o crescimento se concentra nos polos dinâmicos, afetando negativamente as áreas menos desenvolvidas (secção 2.2.3).

- Fornecimento de bens de consumo e matérias-primas para a região central;
- Difusão espacial de novas tecnologias do centro para a periferia (Myrdal, 1957).

Contudo, o autor argumenta que esses efeitos de difusão geralmente não são suficientes para compensar os efeitos de polarização. Se a difusão for fraca, as regiões periféricas permanecerão relativamente estagnadas, reforçando o círculo vicioso da pobreza (Nurkse, 1953).

### ***A Intervenção Estatal e as Reformas Necessárias***

Na visão de Myrdal, as forças de mercado, se não forem reguladas por políticas intervencionistas, levarão à concentração das atividades económicas e da indústria nas áreas centrais, deixando o restante do país estagnado (Myrdal, 1957). Essa interdependência económica cria um **círculo vicioso**, onde a pobreza se torna a sua própria causa, numa aproximação ao pensamento de Ragnar Nurkse (1953).

Para mitigar esse desequilíbrio, Myrdal defende que o Estado deve intervir e implementar políticas públicas que:

- Incentivem o investimento empresarial em áreas periféricas;
- Influenciem a alocação de capital em diferentes regiões;
- Melhorem a infraestrutura de transportes para estimular a integração territorial;
- Estimulem a criação de novas fábricas e parques industriais nas regiões menos desenvolvidas;
- Aumentem a produtividade agrícola, reduzindo a dependência de exportação de produtos primários;
- Invistam nas áreas sociais (saúde e educação), garantindo maior equidade.

Assim, à semelhança do que aconteceu nos países desenvolvidos após a 2ª Guerra Mundial, Myrdal recomenda a implementação de reformas da segurança social e de tributação fiscal progressiva, promovendo um crescimento mais justo e equitativo. O autor enfatiza que o papel do Estado é indispensável para controlar as forças de mercado e evitar a ação desigualitária do capitalismo (Myrdal, 1974).

#### ***2.2.2. A teoria da base económica (de exportação)***

Esta teoria foi elaborada por Douglass North (1955) devido às inadequações, em seu entender, da teoria do crescimento regional para explicar a dinâmica da economia norte-americana, que não correspondia à sequência de estágios tipificada por esta (North, 1955).

De acordo com a teoria do crescimento regional, uma determinada região percorre distintos estágios no seu processo de desenvolvimento, iniciando nas atividades de subsistência (tradicionais), passando por uma diversificação da produção agrícola decorrente da expansão do comércio inter-regional, atingindo a industrialização e, por fim, alcançando uma especialização em atividades terciárias, produzindo sobretudo para o mercado externo (Perroux, 1950; Hirschman, 1958).

Uma das concepções mais emblemáticas é a de Rostow, em “*Etapas do Crescimento Económico*”, que propõe um modelo linear de crescimento em que as economias passam por cinco fases sucessivas: sociedade tradicional, condições prévias para o arranque, arranque, maturidade e consumo de massa (Rostow, 1960). No entanto, North contesta essa visão sequencial, argumentando que o crescimento sustentado não

precisa, forçosamente, de assentar num processo de industrialização – isto é, uma região pode ter continuidade no seu crescimento sem necessariamente abandonar as suas atividades agrícolas (North, 1955). Desenvolve, então, uma teoria alternativa assente na dicotomia entre atividades locais orientadas para a procura interna (incluindo o comércio, indústria tradicional e serviços públicos) e atividades de exportação (North, 1956).

Considerando o caso de uma região em vias de desenvolvimento, o autor entende que o setor básico será aquele que revelar maior dinamismo de crescimento e esse será, necessariamente, numa primeira fase, o setor exportador, já que o aumento das exportações desencadeará o aumento da procura nos setores/atividades locais, através do aumento do rendimento per capita e dos efeitos de encadeamento a montante e a jusante no processo produtivo (North, 1955; Krugman, 1991).

A expansão das exportações estimula o alongamento da respetiva cadeia produtiva com o aparecimento na região (ou país) de múltiplos fornecedores especializados e promove a emergência e o desenvolvimento de setores complementares (logística, transportes, marketing, etc.) (Hirschman, 1958; Fujita, Krugman, & Venables, 1999).

À medida que se vão gerando efeitos de transmissão às atividades locais, o investimento nas mesmas vai aumentando, tal como a diversificação da base económica da região, reduzindo a sua dependência do setor exportador (North, 1961).

### **2.2.3. A teoria do crescimento polarizado**

A Teoria dos Polos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial em França, concretamente em redor de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr (Perroux, 1955). Segundo esta teoria, os *polos industriais de crescimento* surgem em torno de:

- Uma aglomeração urbana importante (ex. Paris);
- Grandes fontes de matérias-primas (ex. Vale do Ruhr);
- Locais estratégicos para fluxos comerciais significativos e áreas agrícolas dependentes (ex. São Paulo, Brasil) (Boudeville, 1966).

A questão fundamental da teoria dos **polos de crescimento** centra-se no conceito de *polarização*, uma vez que este determinará o grau de transformações provocadas pela inserção das indústrias motrizes no sistema económico. **Polarização** refere-se ao fenómeno pelo qual o crescimento de uma atividade económica movimenta outras atividades por meio das economias externas, gerando encadeamentos produtivos que promovem o crescimento regional e nacional (Hirschman, 1958).

Para compreender melhor como os polos de crescimento operam e se expandem, é útil considerar a teoria dos custos de transação de Coase (1937) e Williamson (1985). A proximidade entre empresas nos polos industriais reduz os custos de transação, melhora a coordenação entre produtores e fornecedores e gera eficiências organizacionais, maximizando os benefícios da aglomeração industrial.

A generalidade das empresas localizadas nos polos industriais beneficiará das infraestruturas de saneamento e transportes (investimento público) e da proximidade dos serviços intensivos em conhecimento (centros tecnológicos aceleradores da produção e disseminação do conhecimento) (Scott & Storper, 2003). Tal dinâmica de

atratividade empresarial culminará na expansão da produção e do rendimento regionais, promovendo a especialização produtiva e o desenvolvimento económico das regiões envolventes (Fujita, Krugman, & Venables, 1999).

Além disso, a existência de contratos e relações de longo prazo entre empresas nos polos de crescimento garante maior estabilidade e previsibilidade nas trocas comerciais, reduzindo riscos e fortalecendo cadeias de fornecimento (Williamson, 1975). Assim, a estrutura organizacional dos polos industriais segue um padrão onde as empresas líderes internalizam atividades estratégicas para minimizar incertezas e maximizar rendimentos.

Um complexo industrial, entendido como um conjunto de atividades ligadas por relações técnicas de produção, funcionará como polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes. Além disso, constituirá um **polo de desenvolvimento** quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (Perroux, 1955).

A indústria motriz, líder do complexo industrial, obrigatoriamente deve apresentar as seguintes características:

- a) Crescer a uma taxa superior à média da indústria nacional;
- b) Possuir inúmeras ligações de input-output, através da compra e venda de inputs realizadas no seu meio (i.e., na sua região de implantação);
- c) Ser uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista;
- d) Possuir grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos inputs e a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas;
- e) Produzir para o mercado nacional e para o mercado externo (Boudeville, 1972).

Deste modo, a Teoria dos Polos de Crescimento, desenvolvida por Perroux (1955), destaca-se como uma abordagem fundamental na compreensão do desenvolvimento económico regional, explicando como determinados setores industriais exercem um efeito dinamizador sobre o território ao seu redor, promovendo economias externas e encadeamentos produtivos (Hirschman, 1958). A concentração das empresas nestes polos permite reduzir custos de transação e melhorar a eficiência dos mercados, conforme argumentado por Coase (1937) e Williamson (1985), criando vantagens competitivas que reforçam a posição das indústrias motrizes.

O impacto dos polos de crescimento não se limita apenas ao setor produtivo, mas estende-se também às infraestruturas, aos serviços especializados e à inovação tecnológica, aumentando a competitividade regional e promovendo um ciclo de desenvolvimento cumulativo (Scott & Storper, 2003). Contudo, a polarização resultante pode aprofundar desequilíbrios espaciais, favorecendo os territórios que concentram as indústrias motrizes em detrimento das regiões periféricas, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a difusão dos benefícios do crescimento (Boudeville, 1966; Fujita, Krugman, & Venables, 1999).

Em última análise, a viabilidade e sustentabilidade dos polos de crescimento dependerão da capacidade das indústrias motrizes em gerar inovação, criar redes produtivas sólidas e manter relações comerciais estáveis, garantindo a expansão da produção e a criação de emprego a longo prazo (Boudeville, 1972; Williamson, 1975).

## Reflexão sobre as Teorias do Crescimento Regional e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12

A análise das Teorias do Crescimento Regional demonstra que o desenvolvimento económico não ocorre de forma homogénea, mas sim através de processos de concentração e difusão, que podem acentuar ou atenuar desigualdades territoriais. Os modelos apresentados – desde o princípio da causalidade circular e cumulativa até à teoria dos polos de crescimento – destacam o papel dos investimentos, das infraestruturas e das cadeias produtivas na dinamização das economias regionais. No entanto, também evidenciam os riscos de concentração excessiva de recursos e oportunidades em determinados territórios, deixando outras regiões em desvantagem competitiva.

Neste contexto, importa refletir sobre os impactos práticos destas teorias no desenvolvimento sustentável e na coesão territorial. Como podem as políticas públicas equilibrar os efeitos de crescimento desigual? De que forma as estratégias regionais podem promover um desenvolvimento mais inclusivo e resiliente? E qual o papel da inovação e das infraestruturas na criação de oportunidades económicas sustentáveis?

As conclusões desta secção podem ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9, 10, 11 e 12, uma vez que abordam a distribuição espacial do crescimento económico, o impacto das infraestruturas na redução das desigualdades regionais, o desenvolvimento urbano equilibrado e a sustentabilidade dos padrões de produção e consumo:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas:

A teoria do crescimento regional destaca que as regiões mais dinâmicas concentram infraestruturas avançadas, polos de inovação e setores produtivos estratégicos, gerando vantagens acumulativas que reforçam o seu crescimento. No entanto, para evitar que esta concentração acentue desigualdades territoriais, é essencial promover investimentos estratégicos em infraestruturas sustentáveis, impulsionando o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. Este ODS preconiza o reforço do apoio financeiro e tecnológico a regiões em desenvolvimento, garantindo que a inovação e a industrialização sejam instrumentos de crescimento mais equilibrado e inclusivo.

- ODS 10 – Redução das Desigualdades:

O crescimento desigual das regiões reflete processos cumulativos em que os territórios mais desenvolvidos atraem recursos, investimento e mão de obra qualificada, enquanto as regiões periféricas enfrentam limitações estruturais ao desenvolvimento. A Meta 10.b propõe a mobilização de assistência financeira e fluxos de investimento para as regiões em maior necessidade, contribuindo para a redução das desigualdades inter-regionais. Assim, políticas de desenvolvimento regional bem estruturadas podem atenuar os efeitos negativos da concentração do crescimento e promover um desenvolvimento territorial mais coeso.

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

A polarização do crescimento urbano e industrial tende a gerar pressões sobre os centros urbanos, levando a fenómenos como congestionamento, especulação imobiliária e desigualdade no acesso a serviços básicos. Ao mesmo tempo, as

regiões periféricas sofrem com a falta de infraestruturas e oportunidades económicas. Neste ODS incentiva-se a criação de estratégias de desenvolvimento territorial equilibrado, promovendo interações entre áreas urbanas, periurbanas e rurais para garantir coesão territorial e distribuição mais equitativa do crescimento económico. O planeamento urbano sustentável, aliado a políticas de desenvolvimento regional, pode reduzir os impactos negativos da polarização económica e territorial (Global Compact Portugal, 2025).

- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis:

A lógica de crescimento polarizado pode comprometer a sustentabilidade dos recursos regionais, pois as regiões mais industrializadas tendem a consumir mais recursos naturais e gerar maiores impactos ambientais. Além disso, as cadeias produtivas nem sempre favorecem a produção local e regional equilibrada, resultando em dependência económica e vulnerabilidade de territórios periféricos. Através das respetivas metas enfatiza-se a importância de garantir que as estratégias de crescimento económico respeitem os princípios da sustentabilidade, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e uma distribuição mais equitativa das atividades económicas.

## Conclusão

As teorias do crescimento regional evidenciam que o desenvolvimento económico não ocorre de forma espontânea ou equilibrada, sendo condicionado por fatores históricos, estruturais e institucionais que favorecem determinadas regiões e dificultam a convergência económica e social entre territórios.

A relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 demonstra que é necessário adotar políticas de desenvolvimento regional equilibrado, incentivando infraestruturas estratégicas, inovação sustentável, coesão territorial e uma gestão eficiente dos recursos. Para que o crescimento económico contribua para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, é fundamental que os territórios menos favorecidos sejam apoiados por investimentos direcionados, estratégias de descentralização económica e políticas de inovação adaptadas às suas realidades, garantindo que nenhuma região fique para trás no processo de desenvolvimento global.

## Referências do subcapítulo 2.2

- Acemoglu, D., & Autor, D. H. (2011). Skills, tasks and technologies: Implications for employment and earnings. *Handbook of Labor Economics*, 4, 1043-1171.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. Crown Publishers.
- Boudeville, J. R. (1966). *Problems of regional economic planning*. Edinburgh University Press.
- Boudeville, J. R. (1972). *L'espace et les pôles de croissance*. PUF.
- Coase, R. H. (1937). The nature of the firm. *Economica*, 4(16), 386-405.
- Coase, R. H. (1960). The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, 3, 1-44.
- Fujita, M., Krugman, P., & Venables, A. J. (1999). *The spatial economy: Cities, regions, and international trade*. MIT Press.
- Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development*. Yale University Press.
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest, and money*. Macmillan.

- Krugman, P. (1991). *Geography and trade*. MIT Press.
- Lewis, W. A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 22(2), 139-191.
- Lucas, R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42.
- Myrdal, G. (1944). *An American dilemma: The Negro problem and modern democracy*. Harper & Brothers.
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and underdeveloped regions*. Harper & Row.
- Myrdal, G. (1968). *Asian drama: An inquiry into the poverty of nations*. Pantheon.
- Myrdal, G. (1974). *Against the stream: Critical essays on economics*. Pantheon.
- North, D. C. (1955). Location theory and regional economic growth. *Journal of Political Economy*, 63(3), 243-258.
- North, D. C. (1956). Exports and regional economic growth. *The Journal of Political Economy*, 64(2), 165-169.
- North, D. C. (1961). The regional growth of manufacturing in the United States, 1920-1950. *The Journal of Economic History*, 22(4), 325-345.
- Nurkse, R. (1953). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford University Press.
- Perroux, F. (1950). Economic space: Theory and applications. *The Quarterly Journal of Economics*, 64(1), 89-104.
- Perroux, F. (1955). Note sur la notion de 'pôle de croissance'. *Économie Appliquée*, 8(1), 307-320.
- Prebisch, R. (1950). *The economic development of Latin America and its principal problems*. United Nations.
- Romer, P. M. (1990). Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, 98(5, Part 2), S71-S102.
- Romer, P. M. (1994). The origins of endogenous growth. *The Journal of Economic Perspectives*, 8(1), 3-22.
- Rostow, W. W. (1960). *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*. Cambridge University Press.
- Schumpeter, J. A. (1934). *The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Harvard University Press.
- Scott, A. J., & Storper, M. (2003). Regions, globalization, development. *Regional Studies*, 37(6-7), 579-593. <https://doi.org/10.1080/0034340032000108697>
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.
- Smith, A. (1776). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. W. Strahan and T. Cadell.
- Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65-94.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. OECD.
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2020). *Economic development* (13th ed.). Pearson.
- Williamson, O. E. (1975). *Markets and hierarchies: Analysis and antitrust implications*. Free Press.
- Williamson, O. E. (1985). *The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting*. Free Press.

## **Atividade de Reflexão e Aplicação Prática: Teorias do Crescimento Regional e os ODS**

Objetivo:

Esta atividade convida os estudantes a analisar criticamente como as Teorias do Crescimento Regional se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incentivando uma abordagem prática para compreender os desafios e oportunidades do desenvolvimento territorial.

Desafio:

Com base nos conteúdos estudados, estabeleça conexões entre os principais conceitos das Teorias do Crescimento Regional e os seguintes ODS. Utilize exemplos reais, políticas públicas e estratégias regionais para fundamentar a sua análise.

Relação entre os ODS e as Teorias do Crescimento Regional:

### ● ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

◆ *Meta 9.2:* Promover a industrialização inclusiva e sustentável, aumentando a participação da indústria no setor de emprego e no PIB.

→ Questão para reflexão:

De que forma os polos de crescimento podem impulsionar a industrialização sustentável? Como garantir que os benefícios do crescimento se estendam a todas as regiões? (Ver secção 2.2.3.)

### ● ODS 10 – Redução das Desigualdades

◆ *Meta 10.1:* Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento do rendimento dos 40% mais pobres da população a uma taxa superior à média nacional.

→ Questão para reflexão: Como é que os mecanismos de causalidade circular e cumulativa podem ampliar ou reduzir desigualdades territoriais? Como podem as políticas regionais promover um crescimento mais equilibrado? (Ver secção 2.2.1.)

### ● ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

◆ *Meta 11.a:* Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional.

→ Questão para reflexão:

De que forma poderá melhorar a integração entre centros urbanos e regiões periféricas? Como evitar a formação de desertos económicos em determinadas áreas? (Ver secção 2.2.1.)

### ● ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis

◆ *Meta 12.2:* Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

→ Questões para reflexão:

Como pode a diversificação económica resultante da expansão das exportações contribuir para padrões de **produção e consumo mais sustentáveis** (ODS 12)?

De que forma os setores complementares, como logística e transportes, podem minimizar o impacto ambiental e promover um uso mais eficiente dos recursos naturais na economia regional? (Ver secção 2.2.2.)

### Instruções para o Estudante:

- ✓ Escolha pelo menos dois dos ODS acima e desenvolva uma análise crítica sobre a sua relação com as Teorias do Desenvolvimento Regional.
- ✓ Utilize exemplos concretos (nacionais ou internacionais) para ilustrar a sua argumentação.
- ✓ Caso esteja a trabalhar em grupo, debata as respostas com os colegas e proponham estratégias inovadoras para tornar as políticas regionais mais inclusivas e sustentáveis.
- ✓ Registe as suas reflexões e relacione as conclusões com políticas públicas ou iniciativas locais que promovam a coesão territorial.

💡 *Dica:* Consulte estudos de caso, relatórios de desenvolvimento regional, estatísticas económicas ou notícias sobre políticas regionais para enriquecer a sua análise.

## 2.3. Teorias do desenvolvimento regional

Ainda que se reconheçam neste paradigma afinidades teóricas com as abordagens anteriores, o corpo das denominadas teorias do desenvolvimento regional desvia o foco do crescimento económico e das assimetrias regionais para se centrar na compreensão dos múltiplos fatores de ordem económica, tecnológica, política, social, histórica e cultural intrínsecos aos territórios (Scott & Storper, 2003; Rodríguez-Pose, 2013; Marques & Morgan, 2021; Guzman *et al.*, 2024).

Entre estas correntes, existe uma conceção generalizada de que as etapas do processo de desenvolvimento dos países e regiões mais industrializados e urbanizados não terão de ser necessariamente replicadas ou imitadas à escala global (Storper, 1997). As trajetórias de desenvolvimento dependerão, em larga medida, da criação de riqueza implicando o crescimento económico; mas importa, sobretudo, a forma como o bem-estar social é sustentadamente obtido (Sen, 1999). Neste sentido, uma região mais rica (isto é, com um nível de rendimento nacional disponível mais elevado) não é necessariamente mais desenvolvida, devendo-se atender a aspetos intangíveis determinantes da qualidade de vida dos cidadãos – incluindo a solidariedade intergeracional em matéria de ambiente e no acesso a bens e serviços considerados determinantes para o referido bem-estar social (Putnam, 2000; Stiglitz *et al.*, 2009).

É neste quadro que emanam conceitos que permitem fundir a análise económica e social na discussão do Desenvolvimento Sustentável. Referimo-nos, designadamente, aos conceitos Schumpeterianos de empreendedorismo e inovação (Schumpeter, 1934), ao capital humano (Becker, 1964), ao capital social (Putnam, 2000) e às interdependências (ou sinergias) não mercantis enquanto determinantes das dinâmicas de aprendizagem coletiva e da capacidade endógena de realização de projetos com impacto em matéria de desenvolvimento económico e social – nomeadamente na criação de emprego qualificado, redução das desigualdades sociais e integração

sustentável na economia global com base no conhecimento (Rodríguez-Pose, 2013; Storper, 1997).

A evolução das teorias do desenvolvimento regional reflete, deste modo, um movimento progressivo de ampliação do foco analítico, passando de abordagens predominantemente económicas e estruturais para perspectivas mais dinâmicas e sistémicas, que enfatizam a diversidade dos territórios e o papel dos fatores endógenos na construção do desenvolvimento sustentável e inclusivo (Storper, 1997; Sen, 1999; Audretsch & Belitski, 2021).

Entre estas correntes, existe uma conceção generalizada de que as etapas do processo de desenvolvimento dos países e regiões mais industrializados e urbanizados não terão de ser necessariamente replicadas ou imitadas à escala global (Storper, 1997; Blažek & Květoň, 2023). O desenvolvimento regional é, assim, um processo dinâmico, sujeito a trajetórias diferenciadas que dependem, em larga medida, da criação de riqueza – implicando o crescimento económico – mas que, mais importante, deve ser orientado para o bem-estar social sustentado (Sen, 1999; Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009).

Neste contexto, as teorias do desenvolvimento endógeno emergem como uma resposta crítica às limitações dos modelos tradicionais, que frequentemente privilegiavam estratégias de desenvolvimento exógenas e dependentes da intervenção de grandes empresas e investimentos centralizados (Stöhr, 1981; Pike *et al.*, 2016). Contrapondo essa visão, esta corrente argumenta que o desenvolvimento deve ser impulsionado a partir do interior das regiões, valorizando recursos próprios e promovendo a participação ativa das comunidades locais na definição das suas trajetórias socioeconómicas (Stöhr, 1981; Camagni & Capello, 2013).

A par deste paradigma, consolidam-se as abordagens evolucionistas e institucionalistas, que colocam a inovação e a tecnologia no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável (Freeman, 1987; Lundvall, 1992; Nelson, 1993). O conceito de ecossistemas regionais de inovação, derivado dessa perspectiva, destaca a importância das redes de cooperação entre empresas, instituições de ensino e centros de I&D, potenciando a transferência de conhecimento e o fortalecimento das capacidades produtivas regionais (Asheim & Gertler, 2005; Cooke, 2001).

A convergência entre as teorias do desenvolvimento endógeno e a perspectiva dos ecossistemas regionais de inovação reflete uma compreensão mais holística do desenvolvimento, que não apenas reconhece o papel dos fatores territoriais e institucionais, mas também enfatiza a necessidade de um modelo sustentável, colaborativo e orientado para o conhecimento (Boschma, 2005; Schot & Steinmueller, 2018). Ambas as abordagens reconhecem que o crescimento económico isolado não garante, por si só, um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, sendo essencial que se promova uma articulação entre inovação, coesão social e sustentabilidade ambiental (Putnam, 2000; Stiglitz *et al.*, 2009).

Deste modo, as secções seguintes aprofundam estas duas perspectivas complementares, explorando, por um lado, o desenvolvimento endógeno enquanto processo territorialmente ancorado e socialmente participativo; por outro, o papel das redes de inovação como motor da competitividade regional na era digital e da economia do conhecimento.

### 2.3.1. Teoria do desenvolvimento endógeno

Com origem historicamente situada por volta dos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno encontra uma referência maior em Stöhr (1981), para quem o desenvolvimento deveria ser entendido como um:

*“Processo integrado de alargamento das oportunidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das comunidades organizadas territorialmente, a escalas pequena e intermédia, a ponto de mobilizar o amplo leque de capacidades e recursos ao dispor destas para seu benefício comum em termos sociais, económicos e políticos”.*

O modelo de desenvolvimento preconizado pelo autor distancia-se, assim, da conceção dominante à época, baseada no paradigma da grande empresa (inspirado nas Teorias da Base Económica e dos Polos Industriais), acusando tal de ignorar a *diversidade cultural e natural dos territórios*, e de acabar por conduzir a uma centralização do poder (nomeadamente, no plano económico e político) em organizações privadas ou públicas (Amin, 1999; Pike *et al.*, 2016; Rodríguez-Pose *et al.*, 2024).

Assumindo de forma deliberada e intencional uma atitude de inconformismo com a supremacia do capitalismo industrial à escala global, subjugando governos de países com recursos económicos muito limitados, Stöhr (1981) reclama uma certa *“autodeterminação”* para os povos das regiões económica e socialmente desfavorecidas. Afirma que o Desenvolvimento *“a partir de baixo”* (ou endógeno) tem como componente essencial:

*“reclamar um grau mais elevado de autodeterminação para as áreas rurais e outras áreas periféricas na utilização ou transformação das instituições periféricas existentes (ou a criar) em ordem a promover o desenvolvimento periférico diversificado em linha com objetivos autodeterminados – em vez de utilizar primariamente instituições externas para promover o desenvolvimento com base em necessidades e padrões definidos externamente (principalmente na região-centro). Tal deverá conduzir a um maior equilíbrio entre as populações da região periférica e da região-centro nos processos de decisão em todos os níveis de governo. Tal deverá facilitar a retenção nas áreas periféricas de uma maior parcela de excedente aí gerado, por via da mobilização dos seus próprios recursos.”* (Stöhr, 1981, p.39)

Na década de 1990 esta corrente adquire especial destaque ao defender que fatores de produção intangíveis - como o capital social<sup>5</sup>, o capital humano, o conhecimento, a investigação e o desenvolvimento (I&D), a informação e as instituições - seriam determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido (Camagni, 1991; Capello, 2011; Galeano-Barrera *et al.*, 2022). A região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (Rodríguez-Pose, 2013).

---

<sup>5</sup> Define-se como o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o qual torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade (Putman, 1993).

Neste quadro de análise, muito resumido, o desenvolvimento endógeno traduz-se, então, em duas dimensões:

- Económica, na qual a comunidade empresarial local utiliza a sua capacidade para organizar, da forma mais eficiente e eficaz possível, os fatores produtivos da região (Pike, Rodríguez-Pose, & Tomaney, 2016; Marotta & Nazzaro, 2023).
- Sociocultural, onde os valores e as normas sociais e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (Putnam, 2000; Olmedo & O'Shaughnessy, 2023).

O corolário desta visão são as múltiplas evidências recolhidas por notáveis investigadores que desenvolvendo trabalho de campo nos EUA (Silicon Valley), na Itália (os “distritos industriais”), na Alemanha (Rühr) e no Japão são levados a concluir resumidamente que uma estratégia política de desenvolvimento regional não se pode basear apenas em ações de cunho ortodoxo, como linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo.

Deve também, e fundamentalmente, procurar manter e ampliar o *‘stock’ de capital social* na sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos *‘stakeholders’* integrantes das comunidades regionais (Putnam, 2000; Camagni & Capello, 2013; Pike *et al.*, 2016; Rodríguez-Pose *et al.*, 2024).

O estabelecimento de relações de confiança entre os diferentes agentes económicos e sociais fortalece o tecido produtivo local e contribui para a criação de ecossistemas empresariais mais robustos e menos vulneráveis a choques externos (Guzman *et al.*, 2024). Além disso, a adaptação das estratégias endógenas às novas dinâmicas tecnológicas e à transição digital é cada vez mais determinante para a competitividade regional (Brekke, 2020; López-Rubio *et al.*, 2020).

A sustentabilidade ambiental e a economia circular assumem também um papel de destaque nesta abordagem. A adoção de práticas sustentáveis e a utilização eficiente dos recursos locais são fundamentais para assegurar um crescimento inclusivo e resiliente a longo prazo (Henrysson & Nuur, 2021). Neste sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno não se limita a uma visão estritamente económica do crescimento, mas integra fatores sociais, ambientais e institucionais que moldam a resiliência dos territórios.

Estudos recentes demonstram que diferentes formas de capital – económico, social, humano e natural – desempenham um papel central na construção de estratégias regionais sustentáveis, conforme evidenciado por Bodnár *et al.* (2022) que analisaram empiricamente a relação entre estas variáveis nas regiões dos países de Visegrado. Os seus resultados confirmam que a combinação destes fatores influencia significativamente o desempenho regional e a resiliência territorial, validando a necessidade de um enquadramento multidimensional para a formulação de políticas de desenvolvimento (Rodríguez-Pose, 2013; Brekke, 2020).

Em síntese, a teoria do desenvolvimento endógeno enfatiza a valorização dos recursos locais e a participação ativa das comunidades na definição das suas trajetórias socioeconómicas (Stöhr, 1981; Camagni & Capello, 2013).

Neste contexto, a economia social e a economia de proximidade desempenham papéis centrais, ainda que distintos, na promoção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável.

A economia social foca-se na primazia das pessoas sobre o capital, privilegiando modelos de governação democrática, solidariedade e reinvestimento dos excedentes na comunidade (Defourny & Nyssens, 2016). As cooperativas, associações e mutualidades desempenham um papel estruturante nas economias locais, fortalecendo redes de solidariedade e inclusão social (Borzaga & Tortia, 2017).

Por outro lado, a economia de proximidade enfatiza o enraizamento territorial das atividades económicas, promovendo circuitos curtos de produção e consumo e estimulando a retenção da riqueza dentro dos territórios (Pecqueur & Zimmermann, 2004; Marotta & Nazzaro, 2023). No entanto, conforme será retomado na secção 3.1.1, nem toda a economia de proximidade é economia social. De facto, os pequenos negócios locais podem reforçar a economia regional sem adotar princípios de governação democrática ou objetivos sociais explícitos (Laville, 2010).

No contexto do desenvolvimento endógeno, as OES podem ser entendidas como catalisadoras da economia de proximidade, ao fomentarem redes de cooperação e ao impulsionarem iniciativas que beneficiam tanto os cidadãos como os territórios. No entanto, a economia social e a economia de proximidade, apesar de frequentemente associadas, representam abordagens distintas. A economia social assenta em princípios de solidariedade, participação democrática e reinvestimento dos excedentes para fins coletivos, conforme analisado por Monzón (2006), que salienta a sua diferenciação conceptual face a outras formas organizacionais. Por outro lado, a economia de proximidade enfatiza a territorialização das atividades produtivas e o fortalecimento das redes locais como estratégia para o desenvolvimento sustentável, uma dimensão abordada no estudo de Chaves e Monzón (2018). Assim, estas duas abordagens não são sinónimas, mas complementam-se na construção de modelos territoriais resilientes e sustentáveis, alinhados com os princípios do desenvolvimento endógeno.

### ***2.3.2. Os ecossistemas regionais de inovação (social)***

Fruto do cruzamento das correntes evolucionista e institucionalista, esta perspetiva enfatiza a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional sustentável. A ideia central dessa ênfase na inovação tecnológica é tornar as regiões mais competitivas e menos vulneráveis a problemas de ordem conjuntural, reconhecendo que estruturalmente a difusão do conhecimento e a inovação serão determinantes na capacidade de criação de valor das empresas, particularmente na era da economia digital e em que as questões do ambiente estão na ordem do dia (Freeman, 1987; Lundvall, 1992; Nelson, 1993; Carayannis & Morawska-Jancelewicz, 2022).

Uma constatação importante erguida por esta corrente é que a mesma defende a constituição de redes de cooperação em diferentes escalas de atuação – do âmbito regional ao global – visando acelerar os processos de transferência de conhecimento para o setor produtivo graças às parcerias entre as empresas, as instituições de ensino superior e os centros de I&D (Asheim & Gertler, 2005; Cooke, 2001; Isaksen, Trippel &

Mayer, 2022). O estabelecimento de tais parcerias dependerá da convergência de interesses e do grau de confiança entre os 'stakeholders', o que requer capacidade coletiva de governança e uma interação sistemática, facilitadas pela proximidade quer física (baseada na aglomeração espacial) quer relacional por via das plataformas digitais facilitadoras da comunicação eficaz à distância (Storper, 1997; Boschma, 2005; Zabala-Iturriagoitia, 2022).

Numa definição generalista, podemos então conceber um **ecossistema regional de inovação** como:

*rede de atores e instituições ligadas a uma região (ou a várias regiões geograficamente próximas, inclusive de países vizinhos), focada na geração, distribuição e apropriação do conhecimento (Cooke et al., 1997; Asheim & Isaksen, 2002; Rong et al., 2022). Engloba o conjunto de atores e organizações (empresas, instituições de ensino superior e centros de investigação) sistematicamente envolvidos no desenvolvimento da inovação e aprendizagem interativa através de práticas reguladas por contratos formais, mas também por normas de conduta tacitamente assumidas como sinal de cooperação e mobilização intencional de recursos humanos, materiais e financeiros (Lundvall, 1992; Edquist, 2005; Jeannerat & Crevoisier, 2022).*

A eficácia do sistema regional de inovação irá depender do grau de ancoragem aos territórios de implantação (sejam países ou regiões). Caso não se verifique uma valorização do capital humano endógeno (entenda-se o envolvimento direto de pessoas formadas nas escolas superiores e centros de formação profissional estabelecidos nesses mesmos territórios) nos processos de criação e disseminação do conhecimento nas empresas, as sinergias de conhecimento ('knowledge spillovers') não se produzirão com a eficácia desejada, tornando o território de acolhimento como mero objeto de suporte da sua infraestrutura (Storper, 1997; Boschma, 2005; Liang & Li, 2023).

Portanto, do ponto de vista prático, a criação de centros tecnológicos através de um consórcio entre associações empresariais, centros de formação profissional e uma ou várias instituições regionais de ensino superior terá de acrescentar capacidade inovadora ao tecido empresarial da região; sobretudo, em setores produtivos seriamente expostos à concorrência do exterior, favorecida por custos laborais mais baixos (Cooke, 2001; Asheim & Coenen, 2005; Zabala-Iturriagoitia, 2022).

Simultaneamente, o ecossistema regional de inovação deverá gerar inovações disruptivas, desencadeando novas oportunidades de negócio e de emprego, que permitam alargar a base de sustentabilidade dos territórios – não apenas do ponto de vista económico, mas também social (maior investimento nas pessoas em risco de exclusão social e pobreza) e ecológico (disseminação de práticas mais eficientes no que toca ao consumo de água potável e à preservação dos ecossistemas terrestres e marinhos) (Schot & Steinmueller, 2018; Freeman, 1995; Klimas & Czakon, 2022).

Como corolário, importa referir que a perspetiva dos ecossistemas regionais de inovação não preconiza um modelo autárquico ou autocentrado de desenvolvimento – crítica muitas vezes lançada à conceção do Desenvolvimento Endógeno. Pelo contrário, os seus promotores são adeptos de uma perspetiva de **inovação aberta**, assente na interação entre produtores e utilizadores do conhecimento, em forma de "hélice", tendo como base projetos colaborativos de âmbito socioeconómico e ambiental à escala

global, envolvendo inclusive organizações não governamentais e representantes da sociedade civil (Chesbrough, 2003; Etzkowitz & Leydesdorff, 2000; Morawska-Jancelewicz, 2022).

A evolução do conceito de ecossistemas regionais de inovação reflete uma transição progressiva da sua ênfase inicial na competitividade empresarial e tecnológica para uma abordagem mais holística, integrando dimensões sociais e territoriais do desenvolvimento (Asheim & Coenen, 2005; Moulaert *et al.*, 2005; Isaksen, Tripl & Mayer, 2022). A introdução da dimensão social nesse paradigma decorre da constatação de que a inovação não pode ser reduzida a um processo meramente tecnológico e mercantil, mas sim entendido como um fenómeno multidimensional, no qual as relações sociais, o capital humano e as redes de cooperação são determinantes para o sucesso do desenvolvimento regional (Lundvall, 1992; Moulaert *et al.*, 2005; Jeannerat & Crevoisier, 2022).

Neste sentido, o conceito evoluiu para incorporar a inovação social, destacando o papel das comunidades locais, das redes colaborativas e da governança participativa na construção de um desenvolvimento sustentável e equitativo (Moulaert *et al.*, 2005; Schot & Steinmueller, 2018).

A **inovação social** refere-se a *novas práticas, processos e modelos institucionais que respondem a necessidades sociais não satisfeitas, reforçando a coesão social e promovendo uma economia mais inclusiva* (Mulgan, 2006; Nicholls *et al.*, 2015; Galego *et al.*, 2022).

Desta forma, os ecossistemas regionais de inovação (social) são cada vez mais vistos como espaços de experimentação e implementação de soluções inovadoras para desafios sociais, como o envelhecimento da população, a transição ecológica, a integração de grupos vulneráveis e a criação de novas formas de emprego sustentáveis (Moulaert *et al.*, 2005; Schot & Steinmueller, 2018; Vercher *et al.*, 2023). A articulação entre inovação tecnológica e inovação social torna-se essencial para garantir que o conhecimento gerado nos centros de I&D e nas empresas seja efetivamente transformado em soluções aplicáveis às necessidades da sociedade (Nicholls *et al.*, 2015; Morawska-Jancelewicz, 2022).

Ao enfatizar a dimensão social e colaborativa da inovação, tais ecossistemas transcendem a lógica da competitividade pura e passam a incorporar valores de solidariedade, equidade e participação cidadã, ampliando sua função para além da esfera puramente económica (Mulgan, 2006; Moulaert *et al.*, 2005; Catala, Savall & Chaves-Avila, 2023). Esse redirecionamento permite que os processos inovadores não apenas impulsionem o crescimento económico das regiões, mas também promovam melhorias estruturais na qualidade de vida da população, assegurando um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo (Schot & Steinmueller, 2018; Liang & Li, 2023).

A emergência dos ecossistemas regionais de inovação social tem sido fundamental para o desenvolvimento de territórios mais resilientes e inclusivos. Estas redes são caracterizadas pela interação entre empresas, instituições de ensino, centros de investigação e sociedade civil, criando ambientes propícios à experimentação de soluções para desafios socioeconómicos locais (Asheim & Gertler, 2005; Moulaert *et al.*, 2005; Rong *et al.*, 2022).

Neste contexto, tanto a economia social como a economia de proximidade desempenham papéis relevantes, embora com enfoques distintos. As organizações da economia social promovem inovação social ao criar formas de governança participativa e ao impulsionar soluções coletivas para desafios locais, como o desemprego e a exclusão social (Mulgan, 2006; Morawska-Jancelewicz, 2022). Em contrapartida, a economia de proximidade favorece a criação de redes produtivas locais, reduzindo a dependência de mercados externos e incentivando uma produção mais sustentável (Pecqueur, 2001; Jeannerat & Crevoisier, 2022).

Embora a economia social e a economia de proximidade possam estar interligadas, é fundamental reconhecer que a economia de proximidade não implica, por definição, um compromisso com a justiça social ou a participação democrática (Chaves & Monzón, 2018). Por isso, para garantir que os ecossistemas regionais de inovação promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, é necessário articular estratégias que combinem a proximidade territorial com os valores e princípios da economia social.

Deste modo, a interseção entre inovação social e inovação territorial oferece oportunidades para reforçar os ecossistemas regionais, garantindo que as soluções desenvolvidas respondam às necessidades locais e tenham impactos duradouros na sociedade e na economia.

### Referências do subcapítulo 2.3

- Amin, A. (1999). An institutionalist perspective on regional economic development. *International Journal of Urban and Regional Research*, 23(2), 365-378.
- Asheim, B. T., & Coenen, L. (2005). Knowledge bases and regional innovation systems: Comparing Nordic clusters. *Research Policy*, 34(8), 1173-1190.
- Asheim, B. T., & Gertler, M. S. (2005). The geography of innovation: Regional innovation systems. In J. Fagerberg, D. C. Mowery, & R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford handbook of innovation* (pp. 291–317). Oxford University Press.
- Asheim, B. T., & Isaksen, A. (2002). Regional innovation systems: The integration of local 'sticky' and global 'ubiquitous' knowledge. *The Journal of Technology Transfer*, 27(1), 77–86.
- Audretsch, D. B., & Belitski, M. (2021). Towards an entrepreneurial ecosystem typology for regional economic development: the role of creative class and entrepreneurship. *Regional Studies*, 55(4), 735–756. <https://doi.org/10.1080/00343404.2020.1854711>
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. NBER.
- Blažek, J., & Květoň, V. (2022). Towards an integrated framework of agency in regional development: the case of old industrial regions. *Regional Studies*, 57(8), 1482–1497. <https://doi.org/10.1080/00343404.2022.2054976>
- Bodnár, G., Kovács, P., & Egri, Z. (2022). Elements of endogenous development in the regions of Visegrad countries. *Deturope*, 14(1), 29-49.
- Borzaga, C., & Tortia, E. C. (2017). Co-operation as co-ordination mechanism: A new approach to the economics of co-operative enterprises. In J. Michie, J. R. Blasi, & C. Borzaga (Eds.), *The Oxford Handbook of Mutual, Co-operative, and Co-owned Business* (pp. 55-75). Oxford University Press.
- Boschma, R. (2005). Proximity and Innovation: A Critical Assessment. *Regional Studies*, 39(1), 61–74. <https://doi.org/10.1080/0034340052000320887>.
- Brekke, T. (2020). What do we know about the university contribution to regional economic development? A conceptual framework. *International Regional Science Review*, 44(2), 229-261. <https://doi.org/10.1177/0160017620909538>

- Camagni, R. (1991). *Innovation networks: Spatial perspectives*. Belhaven Press.
- Camagni, R., & Capello, R. (2013). Regional innovation patterns and the EU regional policy reform: Towards smart innovation policies. *Growth and Change*, 44(2), 355-389.
- Capello, R. (2011). Location, regional growth and local development theories: A contextual approach. *Local Economy*, 26(1), 1-17.
- Carayannis, E. G., & Morawska-Jancelewicz, J. (2022). The futures of Europe: Society 5.0 and Industry 5.0 as driving forces of future universities. *Journal of the Knowledge Economy*, 13, 3445-3471
- Catala, B., Savall, T., & Chaves-Avila, R. (2023). From entrepreneurial and innovation ecosystems to the social economy ecosystem. *Journal of Business Research*, 163. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.113932>
- Chesbrough, H. W. (2003). *Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology*. Harvard Business School Press.
- Cooke, P. (2001). Regional innovation systems, clusters, and the knowledge economy. *Industrial and Corporate Change*, 10(4), 945–974. <https://doi.org/10.1093/icc/10.4.945>
- Cooke, P., Gomez Uranga, M., & Etxebarria, G. (1997). Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. *Research Policy*, 26(4-5), 475-491. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(97\)00025-5](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(97)00025-5)
- Chaves, R., & Monzón, J. L. (2018). *Best practices in public policies regarding the European Social Economy post the economic crisis*. CIRIEC International.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2016). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(6), 2392-2416.
- Edquist, C. (2005). Systems of innovation: Perspectives and challenges. In J. Fagerberg, D. C. Mowery, & R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford handbook of innovation* (pp. 181–208). Oxford University Press.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: From National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, 29(2), 109-123. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4)
- Freeman, C. (1987). *Technology policy and economic performance: Lessons from Japan*. Pinter Publishers.
- Freeman, C. (1995). The ‘National System of Innovation’ in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19(1), 5-24.
- Galeano-Barrera, C. J., Arango Ospina, M. E., & Mendoza-García, E. M. (2022). Exploring the evolution of the topics and research fields of territorial development from a comprehensive bibliometric analysis. *Sustainability*, 14(11), 6515.
- Galego, D., Moulaert, F., & Brans, M. (2022). Social innovation & governance: A scoping review. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 35(2), 265-290. <https://doi.org/10.1080/13511610.2021.1879630>
- Guzman, J., Murray, F., Stern, S., & Williams, H. (2024). Accelerating innovation ecosystems: The promise and challenges of regional innovation engines. *Entrepreneurship and Innovation Policy and the Economy*, 3(1), 9–75. University of Chicago Press. DOI: 10.1086/727744
- Henrysson, M., & Nuur, C. (2021). The Role of Institutions in Creating Circular Economy Pathways for Regional Development. *The Journal of Environment & Development*, 30(2), 149-171. <https://doi.org/10.1177/1070496521991876>
- Isaksen, A., Trippel, M., & Mayer, H. (2022). Regional innovation systems in an era of grand societal challenges: reorientation versus transformation. *European Planning Studies*, 30(11), 2125–2138.
- Klimas, P., & Czakon, W. (2022). Species in the wild: a typology of innovation ecosystems. *Review of Managerial Science*, 16, 249-282. <https://doi.org/10.1007/s11846-020-00439-4>

- Liang, L., & Li, Y. (2023). How does government support promote digital economy development in China? The mediating role of regional innovation ecosystem resilience. *Technological Forecasting and Social Change*. DOI: 10.1016/j.techfore.2023.122328
- Jeannerat, H., & Crevoisier, O. (2022). From competitiveness to territorial value: transformative territorial innovation policies and anchoring milieus. *European Planning Studies*, 30(11), 2157–2177. <https://doi.org/10.1080/09654313.2022.2042208>
- Laville, J.-L. (2010). *Politique de l'association*. Seuil.
- López-Rubio, P., Roig-Tierno, N. & Mas-Tur, A. (2020). Regional innovation system research trends: toward knowledge management and entrepreneurial ecosystems. *International Journal of Quality Innovation*, 6(4). <https://doi.org/10.1186/s40887-020-00038-x>
- Lundvall, B. A. (1992). *National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning*. Pinter Publishers.
- Marques, P., & Morgan, K. (2021). Innovation without Regional Development? The Complex Interplay of Innovation, Institutions, and Development. *Economic Geography*, 97(5), 475–496. <https://doi.org/10.1080/00130095.2021.1972801>
- Marotta, G., & Nazzaro, C. (2023). Proximity economy and local food chains for the regeneration of inner areas. *Italian Review of Agricultural Economics (REA)*, 78(1), 3–15. <https://doi.org/10.36253/rea-14309>
- Monzón, J. L. (2006). Economía social y conceptos afines: Fronteras borrosas y ambigüedades conceptuais do terceiro setor. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 56, 9-24.
- Morawska-Jancelewicz, J. (2022). The role of universities in social innovation within quadruple/quintuple helix model: Practical implications from Polish experience. *Journal of the Knowledge Economy*. <https://doi.org/10.1007/s13132-021-00804-y>
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & González, S. (2005). Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969-1990. <https://doi.org/10.1080/00420980500279893>.
- Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1(2), 145-162. <https://doi.org/10.1162/itgg.2006.1.2.145>.
- Nelson, R. R. (1993). *National innovation systems: A comparative analysis*. Oxford University Press.
- Nicholls, A., Simon, J., & Gabriel, M. (2015). *New frontiers in social innovation research*. Palgrave Macmillan.
- Olmedo, L., & O'Shaughnessy, M. (2023). A substantive view of social enterprises as neo-endogenous rural development actors. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34, 209-221. <https://doi.org/10.1007/s11266-021-00442-7>
- Pecqueur, B., & Zimmermann, J.-B. (2004). La proximité: une approche territoriale de l'économie. *Économie Rurale*, 280(1), 25-39.
- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2016). *Local and regional development*. Routledge.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Rodríguez-Pose, A. (2013). Do Institutions Matter for Regional Development? *Regional Studies*, 47(7), 1034–1047. <https://doi.org/10.1080/00343404.2012.748978>
- Rodríguez-Pose, A., Bartalucci, F. & Lozano-Gracia, N. (2024). Overcoming left-behindedness. Moving beyond the efficiency versus equity debate in territorial development. *Regional Science Policy & Practice*, 16(12). <https://doi.org/10.1016/j.rssp.2024.100144>.
- Rong, K., Lin, Y., Yu, J., Zhang, Y., & Radziwon, A. (2022). Exploring regional innovation ecosystems: An empirical study in China. In C. Beaudry, B. Burger-Helmchen, & P. Cohendet (Eds.), *Innovation policies and practices within innovation ecosystems* (Cap. 2). Taylor & Francis. <https://doi.org/10.4324/9781003279464-2>

Schot, J., & Steinmueller, W. E. (2018). Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. *Research Policy*, 47(9), 1554-1567. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.08.011>.

Schumpeter, J. A. (1934). *The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Harvard University Press.

Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. OECD.

Stöhr, W. (1981). Development from below: The bottom-up and periphery-inward development paradigm. In W. Stöhr & D. R. F. Taylor (Eds.), *Development from above or below?* (pp. 39-53). Wiley.

Storper, M. (1997). *The regional world: Territorial development in a global economy*. Guilford Press.

Torre, A., & Gallaud, D. (2022). *Handbook of proximity relations*. Edward Elgar Publishing.

Vercher, N., Bosworth, G., & Esparcia, J. (2023). Developing a framework for radical and incremental social innovation in rural areas. *Journal of Rural Studies*. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.02.009>

Zabala-Iturriagagoitia, J. M. (2022). Fostering regional innovation, entrepreneurship and growth through public procurement. *Small Business Economics*. <https://doi.org/10.1007/s11187-021-00466-9>

## Reflexão sobre as Teorias do Desenvolvimento Regional e a sua Relação com os ODS 9, 10, 11 e 12

A análise das Teorias do Desenvolvimento Regional, desde a Teoria do Desenvolvimento Endógeno até à conceção dos ecossistemas regionais de inovação (social), evidencia que o crescimento económico sustentável e equilibrado depende da valorização dos recursos locais, das redes de conhecimento, da inovação e da cooperação entre agentes regionais.

Ao contrário das abordagens tradicionais, que se centram na captação de investimentos exógenos e na atração de grandes indústrias, as perspetivas contemporâneas do desenvolvimento regional reconhecem a diversidade dos territórios e destacam o papel essencial dos fatores endógenos, das redes institucionais e da inovação social na construção de um modelo de desenvolvimento mais resiliente e sustentável. Nessa lógica, fatores como o capital humano, a cultura empreendedora e a governança participativa são determinantes para a definição de trajetórias de crescimento sustentáveis e adaptadas às especificidades de cada território.

A valorização dos fatores endógenos nos processos de desenvolvimento regional não implica um isolamento das economias locais, mas sim a criação de um modelo mais *resiliente, inovador e socialmente inclusivo*, capaz de equilibrar crescimento económico e coesão territorial. A integração dos territórios nas redes globais de conhecimento e produção deve ser acompanhada por estratégias que assegurem a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a diversificação da base económica.

Neste sentido, importa refletir sobre como as Teorias do Desenvolvimento Endógeno podem contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 9, 10, 11 e 12). A promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável (ODS 9) exige a criação de ecossistemas regionais de inovação que articulem empresas, centros de investigação e comunidades locais, potenciando cadeias produtivas mais

equilibradas. A redução das desigualdades regionais (ODS 10) passa pelo fortalecimento da capacidade de autossustentação das economias periféricas, reduzindo a sua dependência de centros urbanos mais dinâmicos e evitando o agravamento das disparidades territoriais.

Por outro lado, o desenvolvimento de **idades e comunidades sustentáveis** (ODS 11) depende da capacidade das regiões em planejar estrategicamente o seu crescimento, garantindo que a **distribuição de infraestruturas e serviços essenciais** seja equitativa e inclusiva. Finalmente, a adoção de **padrões de produção e consumo responsáveis** (ODS 12) está diretamente relacionada com a valorização de **recursos locais e cadeias curtas de produção**, promovendo a sustentabilidade ambiental e a eficiência no uso dos recursos.

Deste modo, procede-se à análise da relação entre as Teorias do Desenvolvimento Regional e os ODS relevantes, analisando como os princípios do desenvolvimento endógeno e dos ecossistemas regionais de inovação podem ser aplicados para alcançar um crescimento económico mais sustentável e socialmente justo.

A ligação entre as abordagens teóricas discutidas e os ODS 9, 10, 11 e 12 pode ser estabelecida da seguinte forma:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas:

As teorias do desenvolvimento regional demonstram que a inovação e a industrialização não devem ocorrer apenas nos grandes centros urbanos, mas sim ser estimuladas de forma descentralizada, promovendo polos regionais de inovação e empreendedorismo. Neste ODS propõe-se o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nas regiões em desenvolvimento, garantindo que a industrialização ocorra de forma inclusiva e equilibrada. A implementação de ecossistemas regionais de inovação e o reforço da capacidade produtiva dos territórios são essenciais para impulsionar a competitividade global sem aprofundar desigualdades territoriais.

- ODS 10 – Redução das Desigualdades:

A teoria do desenvolvimento endógeno e os ecossistemas regionais de inovação destacam que o crescimento deve ser territorialmente inclusivo, potenciando os recursos específicos de cada região e garantindo que as oportunidades económicas não se concentrem apenas nas áreas metropolitanas. O ODS em apreço sublinha a necessidade de canalizar investimentos para os territórios mais vulneráveis, fomentando a inovação local e reduzindo a dependência económica das grandes cidades. Assim, a aposta em modelos de desenvolvimento regional baseados na valorização dos recursos locais pode contribuir para a criação de economias mais resilientes e autónomas.

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:

As teorias do desenvolvimento regional evidenciam que o crescimento sustentável das cidades depende da coesão territorial e da promoção de redes de inovação e

empreendedorismo que integrem áreas urbanas, periurbanas e rurais. Neste ODS incentivam-se políticas de desenvolvimento urbano e regional integradas, reforçando as interligações entre diferentes escalas territoriais e garantindo que as oportunidades económicas sejam distribuídas de forma equitativa. Além disso, a adoção de estratégias de inovação social nos territórios pode contribuir para tornar as cidades mais inclusivas e resilientes, assegurando que o crescimento económico traga benefícios para toda a população.

- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis:

A integração dos territórios em redes de inovação sustentável está diretamente relacionada com a promoção de cadeias produtivas regionais mais eficientes e responsáveis. Neste ODS enfatiza-se a necessidade de adotar padrões sustentáveis de produção e consumo, reduzindo a dependência de cadeias de abastecimento longas e promovendo economias circulares regionais. O fortalecimento dos ecossistemas regionais de inovação permite que as regiões desenvolvam soluções mais adaptadas às suas especificidades territoriais, maximizando o uso eficiente dos seus recursos e minimizando impactos ambientais.

## **Conclusão**

As teorias do desenvolvimento regional demonstram que o crescimento económico não deve ser apenas impulsionado por forças externas, mas sim construído a partir dos recursos e capacidades dos próprios territórios. A relação com os ODS 9, 10, 11 e 12 evidencia que o desenvolvimento sustentável e inclusivo passa por fortalecer as economias regionais, promover inovação local, garantir uma distribuição equitativa dos investimentos e adotar estratégias de crescimento baseadas na eficiência e na sustentabilidade.

Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente equilibrado e resiliente, é fundamental reforçar modelos descentralizados de inovação e empreendedorismo, incentivar a governança participativa e promover redes territoriais de cooperação, garantindo que todas as regiões tenham oportunidades para crescer e prosperar de forma sustentável.

## ***Atividade de Reflexão e Aplicação Prática:***

Objetivo:

Esta atividade incentiva os estudantes a compreenderem criticamente as Teorias do Desenvolvimento Regional, relacionando-as com os desafios territoriais contemporâneos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O exercício promove a análise aplicada e o desenvolvimento de soluções estratégicas para um crescimento equilibrado e inclusivo.

Desafio:

Com base nos conteúdos estudados, reflita e analise de que forma os princípios das Teorias do Desenvolvimento Regional podem ser aplicados para enfrentar desafios concretos nas regiões, relacionando-os com os ODS 9, 10, 11 e 12. Utilize exemplos reais, políticas públicas e estratégias regionais para fundamentar a sua análise.

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

◆ *Meta 9.1* – Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes em países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

→ De que forma o desenvolvimento endógeno e os ecossistemas regionais de inovação podem fortalecer a capacidade produtiva das regiões e reduzir a sua dependência de investimentos exógenos? Como garantir que a inovação tecnológica impulsiona a inclusão regional?

#### 📍 ODS 10 – Redução das Desigualdades

◆ *Meta 10.b* – Incentivar a ajuda pública ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais.

→ Como podem as Teorias do Desenvolvimento Endógeno contribuir para reduzir desigualdades regionais, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentado? Quais as estratégias políticas e económicas que podem garantir que os investimentos chegam às regiões menos favorecidas?

#### 📍 ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

◆ *Meta 11.a* – Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

→ Como podem ser aplicados os conceitos de coesão territorial e inovação social para criar um modelo equilibrado de desenvolvimento urbano e rural? De que forma a articulação entre diferentes escalas territoriais pode contribuir para cidades e comunidades mais sustentáveis?

#### 📍 ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis

◆ *Meta 12.2* – Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

→ De que forma as estratégias de desenvolvimento regional podem incentivar cadeias produtivas sustentáveis, minimizando impactos ambientais e reduzindo a dependência de recursos externos? Como é que as práticas de economia de proximidade podem fortalecer a resiliência económica dos territórios?

#### **Instruções para o Estudante:**

✅ Escolha pelo menos dois dos tópicos acima e desenvolva uma análise crítica sobre a sua relação com as Teorias do Desenvolvimento Regional.

✅ Utilize exemplos concretos (nacionais ou internacionais) para ilustrar a sua argumentação. Caso esteja a trabalhar em grupo, debata as respostas com os colegas e proponham estratégias inovadoras para tornar as políticas regionais mais inclusivas e sustentáveis.

✅ Registe as suas reflexões e relacione as conclusões com políticas públicas ou iniciativas locais que promovam a coesão territorial.

💡 *Dica:* Consulte estudos de caso, mapas regionais, estatísticas económicas ou notícias sobre políticas de desenvolvimento regional para enriquecer a sua análise.

### 3. Os limites do crescimento económico no alcance do bem-estar social

A questão de partida essencial que se coloca no presente capítulo é a seguinte:

*Em que medida o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente para se alcançar o bem-estar social?*

Face a esta questão de partida, várias questões operacionais (ou instrumentais) se poderão colocar. Vamos equacionar as seguintes:

1. O que se entende por bem-estar social?
2. Como medir o bem-estar social?
3. Qual o significado de crescimento económico e como medir?
4. Qual a correlação entre o crescimento económico e o bem-estar social?

De forma simplificada, poderemos invocar o seguinte conjunto de afirmações (ou ideias consensualizadas entre a academia) para cada questão.

#### 3.1 O conceito de bem-estar social

Sobre a definição do bem-estar social, podemos considerar que se trata de uma variável complexa, multidimensional e dinâmica (Sen, 1999; Nussbaum, 2011). É complexa porque tem, desde logo, uma natureza normativa baseada em princípios e normas de comportamento socialmente consagradas e que definem padrões de adesão dos indivíduos ao respetivo grupo e o respetivo reconhecimento (Doyal & Gough, 1991). O conceito de bem-estar social depende, portanto, dos grupos sociais, mais precisamente da ordem de valores, princípios e direitos estabelecidos como ideais em cada comunidade (Rawls, 1971). Ora, se os grupos sociais (os povos) têm referenciais (i.e., valores e normas sociais) distintos - em função da sua religião, história, cultura, tradições, regime político, modo de funcionamento das instituições, forma de relacionamento social, etc. - é inevitável admitir que “bem-estar social” assume uma configuração distinta consoante os países, ou mesmo as regiões, consoante a diversidade sociocultural existente em cada país (Hofstede, 1984).

Obviamente que a globalização pode induzir uma homogeneidade nas mentalidades e nas perceções dos povos (Giddens, 1999). Mas a configuração dos respetivos valores e normas sociais acabará por ter um peso significativo, ao ponto de a noção de realização do indivíduo (a sua felicidade) variar de forma significativa entre esses mesmos povos (demonstrável em ciências como a geografia humana e a antropologia), podendo assumir as mais variadas dimensões (de ordem material e imaterial) (Inglehart, 1997). A título ilustrativo, a promoção de bem-estar social pode estar associada às ações coletivas dirigidas à cultura, ao desporto, à educação, aos bens e serviços públicos e à inovação social (Putnam, 2000).

Finalmente, a noção de bem-estar social é dinâmica visto estar associada ao paradigma dominante em cada época histórica numa mesma comunidade, face à evolução das condições materiais e morais de vida dos povos (Wilkinson & Pickett, 2010). A perceção dos indivíduos sobre bem-estar é relativa no tempo dentro de um mesmo grupo social: existe, ou não, na atualidade, uma ideia generalizada de felicidade instalada na

população?

### **3.1.1. A Economia Social e a Economia de Proximidade como promotoras do Bem-Estar Social**

O conceito de bem-estar social não se limita ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), conforme discutido nos capítulos seguintes, devendo abarcar o acesso equitativo a recursos, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida das populações (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009; Dowbor & Kilsztajn, 2023; Fleury, 2024). Dentro deste paradigma, *a economia social e a economia de proximidade surgem como motores fundamentais para impulsionar um modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas.*

A economia social contribui diretamente para o bem-estar social ao promover a inclusão, a justiça económica e a participação democrática, através de organizações como cooperativas, associações, mutualidades e empresas sociais, que reinvestem os seus excedentes no benefício da comunidade (Defourny & Nyssens, 2016; Borzaga & Tortia, 2017; Mariosa, Brito & Falsarella, 2022). Estas estruturas favorecem o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e apoio social, muitas vezes suprindo lacunas não preenchidas pelo setor público ou pelo setor privado tradicional (Esgaio & de Azevedo, 2023).

Já a economia de proximidade impulsiona o bem-estar social através da dinamização das economias locais, da criação de emprego no território e da redução da dependência externa (Pecqueur, 2001; Pecqueur & Zimmermann, 2004). Este modelo económico valoriza recursos endógenos e promove circuitos curtos de produção e consumo, reduzindo as externalidades ambientais e fortalecendo os laços comunitários (Marsden *et al.*, 2000; Moulaert & Ailenei, 2005).

A economia de proximidade pode ser definida como um modelo económico que privilegia interações locais, reforçando a coesão territorial e promovendo um desenvolvimento mais resiliente e sustentável (Amin & Thrift, 1995; Pike *et al.*, 2007; Oliveira *et al.*, 2023). Distingue-se dos modelos convencionais por:

- Estimular a produção local, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo cadeias produtivas regionais (Pecqueur & Zimmermann, 2004).
- Diminuir a pegada ecológica, uma vez que encurta circuitos logísticos e minimiza os impactos ambientais do transporte e da distribuição de bens (Pecqueur, 2001; Fontgalland & Neto, 2023).
- Fortalecer a coesão social, criando oportunidades de emprego e combatendo a desertificação de territórios menos favorecidos (Laville, 2010).

No entanto, é fundamental reconhecer que a proximidade geográfica não implica necessariamente um compromisso com a equidade social ou com a distribuição justa dos recursos (Laville, 2010). As pequenas empresas locais podem reforçar a economia regional, mas se operarem dentro de uma lógica estritamente lucrativa, sem princípios de governança democrática ou fins sociais, não se enquadram na economia social.

Deste modo, para que a economia de proximidade tenha um impacto positivo no bem-estar social, é crucial que as suas iniciativas sejam complementadas por princípios da economia social, garantindo que a proximidade não beneficie apenas alguns agentes

económicos, mas contribua efetivamente para a coesão social e territorial (Chaves & Monzón, 2018; Monteiro & Fragoso, 2023).

### Referências do subcapítulo 3.1

Borzaga, C., & Tortia, E. C. (2017). *Social enterprises and local economic development*. Routledge.

Chaves Ávila, R., & Monzón Campos, J. L. (2018). *La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: Innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria*. CIRIEC, (2018/13). <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901>

Defourny, J., & Nyssens, M. (2016). *Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models*. ICSEM Working Papers.

Dowbor, L., & Kilsztajn, S. (2023). *Economia social no Brasil*. Books Google Borzaga, C., & Tortia, E. C. (2017). *Social enterprises and local economic development*. Routledge.

Esgaio, A., & de Azevedo, M. M. (2023). Parcerias pela sustentabilidade em contextos de complexidade: O caso do trabalho colaborativo no Programa Oeiras Solidária. *Revista Temas Sociais*. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8742>

Fleury, S. (2024). *Estado de bem-estar: Em busca de uma teoria latino-americana*. Edições Livres; Cebes.

Fontgalland, I. L., & Neto, J. B. (2023). Apreciação da economia ambiental: A economia do bem-estar em foco. *Revista Interface Tecnológica*. <https://doi.org/10.31510/infra.v20i1.1562>

Mariosa, D. F., Morais, L. P., Brito, B. R., Falsarella, O. M., Sugahara, C. R., & Benedicto, S. C. D. (2022). *A contribuição da economia social e solidária para a autonomia das populações indígenas situadas numa área de reserva de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. *Otra Economía*, 15(27), 84-102. <http://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/758>

Monteiro, A. A., & Fragoso, A. (Orgs.). (2023). *Desenvolvimento local em Portugal*. Edições Afrontamento. [https://www.researchgate.net/publication/386080330\\_Desenvolvimento\\_Local\\_em\\_Portugal](https://www.researchgate.net/publication/386080330_Desenvolvimento_Local_em_Portugal)

Nussbaum, M. (2011). *Creating capabilities: The human development approach*. Harvard University Press.

Oliveira, A., Queiroz Neto, R. R., & Santos, P. F. C. (2023). Empreendedorismo digital: Suas contribuições no âmbito econômico e social. *Revista Eletrônica*. <https://pdfs.semanticscholar.org/69ec/221b781973e6a1e598dde3c549bd23c75cb1.pdf>

Pecqueur, B. (2001). *Les districts industriels: Entre mythe et réalité*. L'Harmattan.

Pecqueur, B., & Zimmermann, J. B. (2004). *Économie de proximité et développement territorial*. L'Harmattan.

Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2007). *Local and regional development*. Routledge.

Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Harvard University Press.

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2010). *The spirit level: Why equality is better for everyone*. Penguin Books.

### 3.2 Como medir o bem-estar social?

A questão do bem-estar social envolve múltiplas dimensões, refletindo a necessidade de comparações entre cidadãos no acesso a bens essenciais e na garantia de condições fundamentais para uma vida digna. Em primeiro lugar, discute-se a igualdade de acesso a bens primários, como alimentação, educação, habitação, saúde e proteção social (Rawls, 1971; Sen, 1999; Stiglitz *et al.*, 2009). Além disso, avalia-se a provisão de outros fatores determinantes para a qualidade de vida, incluindo proteção civil,

sustentabilidade ambiental, prosperidade económica, oportunidades de emprego e o respeito pelos direitos civis e políticos (Nussbaum, 2011; Wilkinson & Pickett, 2010; Rodríguez-Pose & Bartalucci, 2024).

A literatura contemporânea tem reforçado a importância de indicadores compósitos para a medição do bem-estar social, indo além do crescimento económico e incorporando métricas sobre qualidade de vida, desigualdade de rendimentos e acesso a serviços básicos (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009; Hadjidakou, Custodio, & Bryan, 2023). O desenvolvimento desses indicadores tem sido impulsionado por abordagens que privilegiam a economia social e a economia de proximidade como elementos centrais para a redução das desigualdades e o fortalecimento da coesão social (Borzaga & Tortia, 2017; Catala, Savall & Chaves-Avila, 2023).

Sem surpresa, muitas dessas contribuições vêm de cidadãos naturais de países asiáticos onde as desigualdades são manifestamente visíveis. Os exemplos de Amartya Sen e de Muhammad Yunus são paradigmáticos, dado que ambos contribuíram para novas abordagens ao desenvolvimento e ao bem-estar social. Sen (1999) desenvolveu o conceito de capacidades como forma de avaliar a liberdade individual e o desenvolvimento humano, enquanto Yunus (2007) introduziu o microcrédito como ferramenta para a inclusão social e económica das populações mais pobres.

A medição do bem-estar social exige métricas que vão além do crescimento económico, considerando indicadores como qualidade de vida, distribuição da riqueza e acesso equitativo a bens e serviços essenciais (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009). Neste contexto, tanto a economia social quanto a economia de proximidade têm impactos mensuráveis na melhoria das condições de vida das populações.

No contexto da economia social, os indicadores mais relevantes para medir seu impacto incluem:

- Taxa de empregabilidade em organizações de economia social, refletindo sua contribuição para a criação de empregos sustentáveis e inclusivos (Borzaga & Tortia, 2017; Fleurbaey & Ponthière, 2023);
- Reinvestimento de excedentes na comunidade demonstrando a sua capacidade de redistribuir riqueza e promover equidade social (Nyssens, 2006; Bastida & Vaquero García, 2023);
- Participação dos cidadãos na governação das entidades económicas, mensurando o grau de democratização da economia e o fortalecimento do capital social (Chaves Ávila & Monzón Campos, 2018; Thompson, Southern, & Heap, 2022).

Já na economia de proximidade, os principais indicadores incluem:

- Percentagem de consumo de bens e serviços locais, evidenciando o grau de retenção de riqueza dentro dos territórios e a sua resiliência face a crises económicas externas (Pecqueur & Zimmermann, 2004; Allam *et al.*, 2023);
- Redução das externalidades ambientais, com destaque para a diminuição da pegada ecológica associada à implementação de circuitos curtos de abastecimento e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais (Pecqueur, 2001; Zhang *et al.*, 2023);

- Dinamização do emprego regional, ilustrando a capacidade da economia de proximidade para criar trabalho digno e reduzir o êxodo rural, fortalecendo o tecido socioeconómico das comunidades (Laville, 2010; Rodríguez-Pose & Bartalucci, 2024).

A literatura recente também tem enfatizado que, embora ambos os modelos sejam fundamentais para o bem-estar social, a economia social apresenta uma estrutura mais explícita e organizada para a promoção de equidade e justiça social, enquanto a economia de proximidade pode exigir mecanismos adicionais para assegurar que os seus benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa (Halkos & Aslanidis, 2023; Khmara & Kronenberg, 2023).

Por fim, o desenvolvimento de indicadores mais abrangentes de bem-estar social requer uma abordagem integrada, que contemple não apenas o crescimento económico, mas também a sustentabilidade ambiental, a coesão social e o fortalecimento das instituições democráticas (Giuffrida, Pilla, & Carroll, 2023; Glaeser, Labro, & Houston-Read, 2023). Dessa forma, tanto a economia social quanto a economia de proximidade devem ser reconhecidas como complementares na construção de sociedades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis.

### 3.3 Medição do crescimento económico e o desafio das desigualdades

A questão das desigualdades na repartição da riqueza nacional continua a ser central no debate sobre a relação entre crescimento económico e desenvolvimento, uma discussão que remonta à década de 1970 (Kuznets, 1955; Piketty, 2014, 2019).

O crescimento económico refere-se, em termos gerais, ao aumento da produção de bens e serviços num país ou região. A principal métrica utilizada para essa quantificação é o Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes, que representa a soma do valor acrescentado em todas as unidades produtivas de um território (Solow, 1956; Stiglitz *et al.*, 2009). Para uma análise mais detalhada, este pode ser desdobrado em:

- PIB nominal, calculado a preços correntes do período analisado.
- PIB real, corrigido para os efeitos da inflação, permitindo comparações mais fiéis ao longo do tempo.
- PIB per capita, que divide o valor do PIB pelo número de habitantes de um país, refletindo uma média do rendimento nacional.

Contudo, um crescimento económico positivo não implica automaticamente uma distribuição equitativa da riqueza. O aumento da média do rendimento nacional (PIB per capita) pode mascarar disparidades significativas na distribuição de rendimentos. Para avaliar essas desigualdades, os economistas recorrem a métricas como o índice de Gini, a Curva de Lorenz e a dispersão salarial (Atkinson, 1970; Milanovic, 2016; Lustig, 2022).

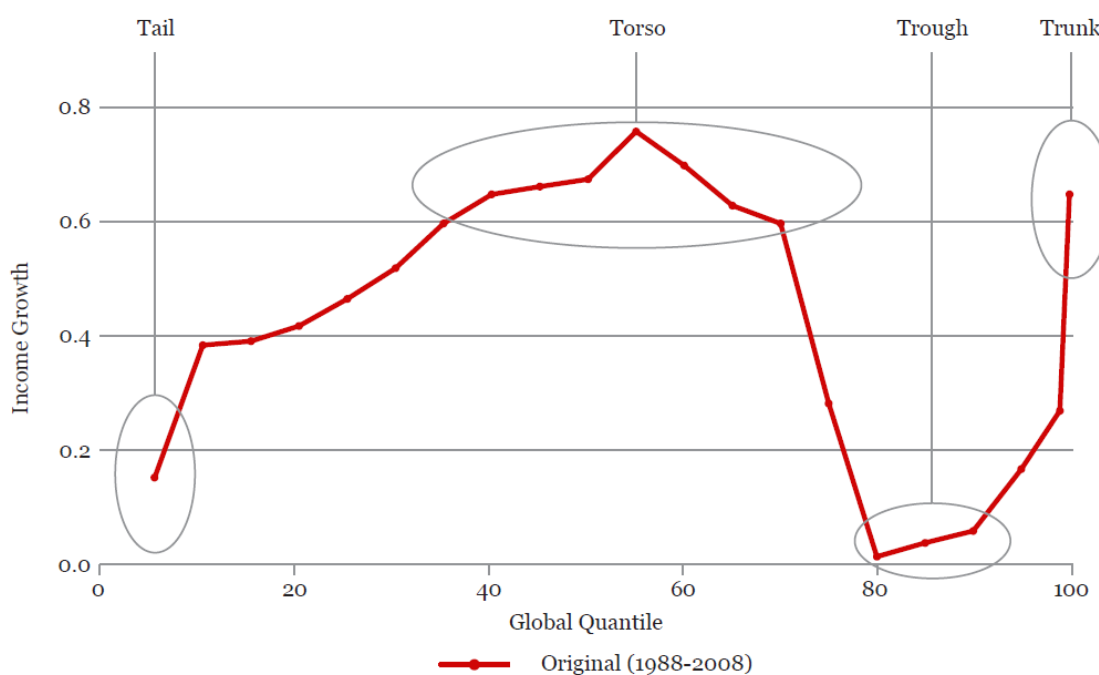
Desde a década de 1950, a relação entre crescimento económico e desigualdade tem sido amplamente debatida. Kuznets (1955) desenvolveu a hipótese de que a desigualdade aumentaria nas fases iniciais do crescimento económico, mas tenderia a diminuir à medida que as economias amadurecessem e implementassem mecanismos redistributivos. Esta ideia ficou conhecida como a **Curva de Kuznets**, representando

uma relação em forma de "U invertido" entre crescimento e desigualdade.

Contudo, estudos recentes sugerem que essa trajetória não se verifica universalmente. Piketty (2014, 2019) demonstrou que a taxa de retorno do capital tende a superar a taxa de crescimento económico, resultando numa acumulação contínua de riqueza pelas classes mais favorecidas e num aumento das desigualdades. Milanovic (2016), por sua vez, analisou o impacto da globalização sobre a distribuição da riqueza e demonstrou que a desigualdade entre países tem diminuído, mas a desigualdade dentro dos países tem aumentado. Estudos recentes reforçam essa tese, sublinhando a necessidade de políticas públicas eficazes para contrariar esse fenómeno (Alvaredo *et al.*, 2023; Hicckel, 2022).

Adicionalmente, Milanovic (2016) examinou os impactos da globalização na distribuição da riqueza a nível mundial, ilustrando as suas conclusões com a chamada **Curva do Elefante** ou Curva de Incidência de Crescimento Global (Figura 3).

Figura 3: Curva de Incidência de Crescimento Global.



Fonte: Kharas, H., & Seidel, B. (2018).

Esta curva evidencia que o crescimento económico nas últimas décadas beneficiou, sobretudo, as classes médias emergentes de países em desenvolvimento (como os da Ásia), bem como a elite global, enquanto as classes médias das economias desenvolvidas sofreram estagnação ou até mesmo uma diminuição dos seus rendimentos. Este fenómeno tem sido identificado como um dos fatores que explicam o aumento do descontentamento social, a ascensão de movimentos populistas e a polarização política no Ocidente (Piketty, 2019; Stiglitz, 2020).

Desta forma, o debate contemporâneo sobre crescimento económico destaca a importância de considerar **não apenas a quantidade de riqueza gerada, mas também a forma como é distribuída e os impactos na sociedade e no meio ambiente**. As

novas abordagens sugerem que, para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo, é essencial articular crescimento com equidade, considerando fatores como o acesso a oportunidades, a qualidade dos empregos e a estabilidade económica das populações mais vulneráveis (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009; Giuffrida, Pilla, & Carroll, 2023).

Nesse sentido, a economia social e a economia de proximidade surgem como alternativas ao crescimento convencional, promovendo um modelo económico mais equitativo e sustentável.

Sobre este debate daremos conta no subcapítulo seguinte.

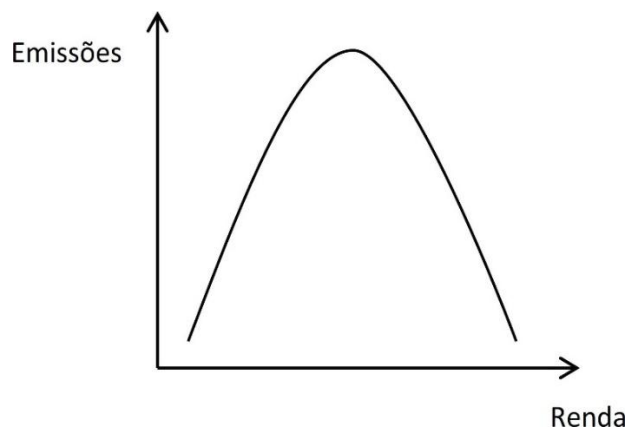
### 3.4 Crescimento económico e bem-estar social sustentáveis

A relação entre crescimento económico e bem-estar social tem sido amplamente debatida, especialmente no contexto dos desafios ambientais e sociais que se impõem ao desenvolvimento sustentável. O crescimento económico, tradicionalmente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), tem demonstrado limitações na captação de aspetos fundamentais do bem-estar, como a equidade na distribuição da riqueza, o acesso a serviços essenciais e a preservação dos recursos naturais (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009; King, Savin & Drews, 2023).

#### 3.4.1 O Crescimento Económico no Contexto da Sustentabilidade Ambiental

A relação entre crescimento económico e sustentabilidade ambiental tem sido amplamente debatida. A teoria da **curva ambiental** de Kuznets (Grossman & Krueger, 1995) sugere que, nos estágios iniciais do crescimento económico, a degradação ambiental tende a aumentar, atingindo um pico antes de começar a diminuir à medida que a economia se torna mais avançada e as sociedades passam a implementar políticas ambientais mais rigorosas e a adotar tecnologias mais limpas. Esta hipótese parte do pressuposto de que o progresso tecnológico e a consciencialização ambiental poderão atenuar as externalidades negativas do crescimento económico no longo prazo. Esta relação é ilustrada na Figura 3, que demonstra a relação entre crescimento económico e degradação ambiental, assumindo uma tendência de reversão no longo prazo.

Figura 3: A curva ambiental de Kuznets.



Fonte: Ávila & Diniz (2015).

No entanto, este modelo tem sido alvo de críticas, uma vez que a degradação dos recursos naturais pode ser irreversível e ultrapassar os limites de regeneração dos ecossistemas do planeta (Rockström *et al.*, 2009; Hariram *et al.*, 2023). Além disso, fenómenos como as alterações climáticas e a perda de biodiversidade não apresentam sinais claros de inflexão em muitos países, o que desafia a ideia de que o crescimento económico, por si só, resultará numa melhor qualidade ambiental a longo prazo (Stern, 2004; Jahanger *et al.*, 2022).

Para enfrentar este desafio, é imprescindível fomentar um crescimento económico sustentável, assente na implementação de políticas ambientais rigorosas, na adoção de tecnologias limpas e na transição para modelos de economia circular (Korra, 2022). A valorização das cadeias produtivas sustentáveis, a diversificação das fontes de energia renováveis e a regulamentação ambiental eficiente são fundamentais para compatibilizar crescimento económico e sustentabilidade ecológica (Sachs, 2015; Kwilinski, Lyulyov & Pimonenko, 2023). A transição para uma economia resiliente e inclusiva constitui, assim, um imperativo para mitigar os desafios ambientais contemporâneos (Arslan *et al.*, 2022).

### **3.4.2 Crescimento Económico e Qualidade do Emprego**

Para além das preocupações ambientais, a relação entre crescimento económico e bem-estar social deve ser analisada à luz das condições laborais e das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho. O crescimento económico não implica necessariamente uma melhoria da qualidade do emprego, sendo possível verificar cenários em que a expansão económica ocorre paralelamente a vínculos contratuais precários e à ampliação das disparidades salariais (Wilkinson & Pickett, 2010; Rao & Wilson, 2022).

Fatores como a segurança no emprego, a proteção social e as oportunidades de progressão na carreira assumem um papel central na avaliação dos impactos do crescimento económico no bem-estar da população (ILO, 2020; Henderson & Loreau, 2023). Em economias onde o crescimento assenta na exploração laboral sem garantias sociais, os benefícios económicos não se traduzem necessariamente em melhorias na qualidade de vida da maioria da população (Standing, 2011; Wang, Abbas & Al-Sulati, 2024).

Neste sentido, a transição para modelos económicos sustentáveis requer uma reestruturação profunda do mercado de trabalho, promovendo empregos dignos, inclusivos e ambientalmente responsáveis (Han, 2017; Sheldon, 2022). O conceito de “crescimento inclusivo” tem vindo a ganhar relevância enquanto alternativa viável, alicerçando-se na criação de empregos estáveis e na redução da precariedade social (Azam, Khan & Ali, 2023).

### **3.4.3 Modelos Alternativos para um Crescimento Sustentável**

Face às limitações do modelo de crescimento económico tradicional, têm emergido abordagens alternativas, como a economia social e a economia de proximidade, que colocam a redistribuição da riqueza e a equidade no acesso a recursos no centro das suas preocupações.

A economia social representa uma resposta crítica ao paradigma económico dominante,

conferindo primazia ao capital humano e social em detrimento da maximização do lucro (Defourny & Nyssens, 2016; Wahlund & Hansen, 2022). Estruturas como cooperativas, mutualidades e associações desempenham um papel essencial na construção de modelos produtivos mais justos e sustentáveis, assegurando que os excedentes gerados são reinvestidos na comunidade (Moranta *et al.*, 2022).

A economia de proximidade, por seu turno, propõe uma alternativa à globalização desenfreada, apostando na valorização dos recursos locais e na promoção de circuitos curtos de produção e consumo, o que contribui para a retenção de riqueza dentro dos territórios (Pecqueur, 2001; Chaaben, Elleuch & Kahouli, 2024). No entanto, para que esta abordagem não beneficie apenas determinados grupos económicos locais, é essencial que seja articulada com os princípios da economia social, assegurando uma distribuição equitativa dos benefícios gerados (Chaves Ávila & Monzón Campos, 2018; Dwyer, 2023).

Neste sentido, um modelo de crescimento sustentável deverá conciliar desenvolvimento económico, justiça social e preservação ambiental, garantindo que o crescimento económico seja equilibrado e inclusivo (Hirai, 2022).

## **Conclusão**

O crescimento económico, por si só, não constitui uma garantia de bem-estar social sustentável. A sua relação com a qualidade de vida das populações depende da equidade na distribuição da riqueza, do acesso justo a oportunidades económicas e dos impactos ambientais das atividades produtivas (Piketty, 2019).

Face aos desafios contemporâneos, torna-se imperativo reavaliar os modelos convencionais de crescimento e adotar abordagens alternativas que conciliem prosperidade económica, equidade social e sustentabilidade ambiental (Murshed & Siddik, 2023). Neste quadro, a economia social e a economia de proximidade surgem como caminhos promissores para assegurar que o crescimento económico se traduza em benefícios efetivos para a sociedade como um todo, e não apenas para uma elite económica privilegiada.

Face às limitações do modelo de crescimento económico tradicional, têm emergido abordagens alternativas, como a economia social e a economia de proximidade, que colocam a redistribuição da riqueza e a equidade no acesso a recursos no centro das suas preocupações (Sarkar, 2022). Estes modelos são cada vez mais reconhecidos como estratégias viáveis para alcançar um crescimento inclusivo e sustentável, reduzindo desigualdades sociais e reforçando a resiliência dos territórios (Jeziarska-Thöle & Gwiazdzińska-Goraj, 2022).

A economia social representa uma resposta crítica ao paradigma económico dominante, conferindo primazia ao capital humano e social em detrimento da maximização do lucro (Defourny & Nyssens, 2016; Wahlund & Hansen, 2022). Este modelo baseia-se na participação ativa da sociedade na gestão de recursos e na criação de valor coletivo, promovendo iniciativas que garantem a inclusão e a coesão social (Cattaneo *et al.*, 2022). Estruturas como cooperativas, mutualidades e associações desempenham um papel essencial na construção de modelos produtivos mais justos e sustentáveis, assegurando que os excedentes gerados são reinvestidos na comunidade (Moranta *et*

*al.*, 2022; Davidescu, Petcu & Curea, 2022). Além disso, a economia social contribui para a implementação de modelos de economia circular e de baixo impacto ambiental, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Allam *et al.*, 2022).

A economia de proximidade, por seu turno, propõe uma alternativa à globalização desenfreada, apostando na valorização dos recursos locais e na promoção de circuitos curtos de produção e consumo, o que contribui para a retenção de riqueza dentro dos territórios (Pecqueur, 2001; Chaaben, Elleuch & Kahouli, 2024). Este modelo reforça a autonomia dos territórios ao reduzir a dependência de cadeias de abastecimento longas e vulneráveis, favorecendo uma produção e distribuição mais resiliente (Beck & Ferasso, 2023). Contudo, para que esta abordagem não beneficie apenas determinados grupos económicos locais, é essencial que seja articulada com os princípios da economia social, assegurando uma distribuição equitativa dos benefícios gerados (Chaves Ávila & Monzón Campos, 2018; Torre & Gallaud, 2022).

Dessa forma, um modelo de crescimento sustentável deverá conciliar desenvolvimento económico, justiça social e preservação ambiental, garantindo que o crescimento económico seja equilibrado e inclusivo (Hirai, 2022). As abordagens da economia social e da economia de proximidade assumem um papel crucial neste processo, demonstrando que um modelo económico mais justo e sustentável não só é viável, como pode gerar benefícios tangíveis para a sociedade como um todo (Guo & Ma, 2023). A combinação destes modelos permite, ainda, fomentar uma economia mais descentralizada, promovendo o desenvolvimento local e reforçando a capacidade de adaptação das comunidades às mudanças económicas e ambientais globais (Hasanzade & Elshiewy, 2022).

### **Referências dos subcapítulos 3.2, 3.3 e 3.4**

Allam, Z., Bibri, S. E., Chabaud, D., & Moreno, C. (2022). The theoretical, practical, technological and sustainability foundations of the 15-minute city model: Proximity and its environmental, social and economic benefits. *Energies*, 15(16), 6042. <https://www.mdpi.com/1996-1073/15/16/6042>

Atkinson, A. B. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, 2(3), 244-263. [https://doi.org/10.1016/0022-0531\(70\)90039-6](https://doi.org/10.1016/0022-0531(70)90039-6)

Ávila, E. S., & Diniz, E. M. (2015). Evidências sobre curva ambiental de Kuznets e convergência das emissões. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 45(1), 97–126. <https://doi.org/10.1590/0101-4161201545197ese>

Beck, D., & Ferasso, M. (2023). How can stakeholder capitalism contribute to achieving the Sustainable Development Goals? A cross-network literature analysis. *Ecological Economics*, 204, 107673. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800922003342>

Borzaga, C., & Tortia, E. C. (2017). Co-operation as co-ordination mechanism: A new approach to the economics of co-operative enterprises. In J. Michie, J. R. Blasi, & C. Borzaga (Eds.), *The Oxford handbook of mutual, co-operative, and co-owned business* (pp. 55-75). Oxford University Press.

Brundtland, G. H. (1987). *Our common future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Oxford University Press.

Cattaneo, A., Adukia, A., Brown, D. L., Christiaensen, L., Evans, D. K., Haakenstad, A., McMenomy, T., Partridge, M., Vaz, S., & Weiss, D. J. (2022). Economic and social development along the urban–rural continuum: New opportunities to inform policy. *World Development*, 157, 105941. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X22001310>

- Chaaben, N., Elleuch, R., & Kahouli, B. (2024). Local economic resilience and proximity-based strategies in the post-pandemic recovery: Evidence from Mediterranean countries. *Regional Studies*, 58(2), 234-251. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00343404.2023.2245690>
- Chaves Ávila, R., & Monzón Campos, J. L. (2018). La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: Innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 93, 5-50. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901>
- Davidescu, A. A. M., Petcu, M. A., & Curea, S. C. (2022). Two faces of the same coin: Exploring the multilateral perspective of informality in relation to Sustainable Development Goals based on bibliometric analysis. *Economic Analysis and Policy*, 74, 308-328. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0313592621001867>
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2016). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(6), 2392-2417. <https://doi.org/10.1007/s11266-016-9728-z>
- Doyal, L., & Gough, I. (1991). *A theory of human need*. Macmillan.
- Giddens, A. (1999). *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*. Profile Books.
- Grossman, G. M., & Krueger, A. B. (1995). Economic growth and the environment. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(2), 353-377. <https://doi.org/10.2307/2118443>
- Guo, Q., & Ma, X. (2023). How does the digital economy affect sustainable urban development? Empirical evidence from Chinese cities. *Sustainability*, 15(5), 4098. <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/5/4098>
- Han, B. C. (2017). *The burnout society*. Stanford University Press.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.
- Hasanzade, V., & Elshiewy, O. (2022). Is it just the distance? Consumer preference for geographical and social proximity of food production. *Ecological Economics*, 192, 107258. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800922001951>
- Hirai, T. (2022). A new approach to sustainable development: Rethinking growth and social progress. *Journal of Development Economics*, 154, 102764. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.102764>
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Sage Publications.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and postmodernization: Cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton University Press.
- International Labour Organization (ILO). (2020). *World employment and social outlook: Trends 2020*. ILO Publications.
- Jeziarska-Thöle, A., & Gwiaździńska-Goraj, M. (2022). Environmental, social, and economic aspects of the green economy in Polish rural areas—a spatial analysis. *Energies*, 15(9), 3332. <https://www.mdpi.com/1996-1073/15/9/3332>
- Kharas, H., & Seidel, B. (2018). What's happening to the world income distribution? The elephant chart revisited. *Brookings Institution*. <https://www.brookings.edu>
- Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American Economic Review*, 45(1), 1-28.
- Milanovic, B. (2016). *Global inequality: A new approach for the age of globalization*. Harvard University Press.
- Moranta, J., López, A., Salvador, J., & Amat, R. (2022). Social economy and its contribution to sustainable territorial development: Empirical evidence from Spain. *Sustainability*, 14(22), 14999. <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/22/14999>
- Nyssens, M. (2006). *Social enterprise: At the crossroads of market, public policies and civil society*. Routledge.

- Pecqueur, B. (2001). Les ressources de proximité et l'économie des territoires. *Espaces et sociétés*, 104(2), 157-182. <https://doi.org/10.3917/esp.104.0157>
- Piketty, T. (2014). *Capital in the twenty-first century*. Harvard University Press.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Harvard University Press.
- Rockström, J., et al. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461(7263), 472–475. <https://doi.org/10.1038/461472a>
- Sachs, J. D. (2015). *The age of sustainable development*. Columbia University Press.
- Schot, J., & Steinmueller, W. E. (2018). Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. *Research Policy*, 47(9), 1554-1567. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.08.011>
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.
- Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65-94. <https://doi.org/10.2307/1884513>
- Standing, G. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. Bloomsbury Academic.
- Stern, D. I. (2004). The rise and fall of the Environmental Kuznets Curve. *World Development*, 32(8), 1419-1439. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.03.004>
- Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its discontents*. W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. OECD.
- Torre, A., & Gallaud, D. (2022). *Handbook of Proximity Relations*. Edward Elgar Publishing. <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781802201100/9781802201100.xml>
- Wahlund, K., & Hansen, H. (2022). The role of social enterprises in fostering inclusive growth and innovation. *Journal of Social Entrepreneurship*, 13(3), 512-530. <https://doi.org/10.1080/19420676.2022.2045823>
- Wilkinson, R., & Pickett, K. (2010). *The spirit level: Why equality is better for everyone*. Penguin Books.
- Yunus, M. (2007). *Creating a world without poverty: Social business and the future of capitalism*. PublicAffairs.

## Questões para Reflexão

- ✦ O crescimento económico traduz-se sempre em progresso social?
  - Após analisar os conteúdos do capítulo, identifique duas razões pelas quais o crescimento económico pode não garantir, por si só, o bem-estar social.
  
- ✦ Recursos naturais e sustentabilidade
  - Com base no que estudou, explique por que razão a disponibilidade limitada de recursos naturais constitui um desafio para o modelo de crescimento económico tradicional.

## 4. Síntese e Perspetivas para a Economia Social e de Proximidade

O desenvolvimento sustentável tem sido um dos temas centrais do pensamento económico contemporâneo, sendo abordado por diversas correntes teóricas que analisam os desafios da sustentabilidade sob diferentes perspetivas. Ao longo deste manual, foram exploradas múltiplas teorias económicas que sustentam a necessidade de modelos alternativos ao capitalismo tradicional, destacando-se a economia social e a economia de proximidade como agentes fundamentais para a inovação e a sustentabilidade socioeconómica e ambiental.

A economia social, ao privilegiar a primazia das pessoas sobre o lucro e ao reinvestir os excedentes na sua missão social e ambiental (Defourny & Nyssens, 2010; Utting, 2023), demonstra ser um modelo que concilia crescimento económico e bem-estar social. Este equilíbrio entre eficiência económica e objetivos sociais está alinhado com os princípios da sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (United Nations [Nações Unidas], 2014). Paralelamente, a economia de proximidade, ao enfatizar a valorização dos recursos locais e das cadeias curtas de produção e consumo, contribui para o reforço da coesão territorial e para a redução da pegada ecológica associada às trocas económicas globais (Pecqueur & Zimmermann, 2004).

A revisão de literatura acerca do crescimento económico demonstrou que, isoladamente, este não garante um desenvolvimento equitativo e sustentável. Estudos evidenciam que a simples acumulação de riqueza não se traduz automaticamente numa melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos, pois persistem desigualdades no acesso a serviços essenciais, como a saúde e a educação; bem como condições de trabalho precárias, que comprometem o bem-estar social (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009; Wilkinson & Pickett, 2010). Neste contexto, a economia social e a economia de proximidade assumem um papel determinante, promovendo modelos de participação democrática e inclusão social que asseguram um impacto sustentável a longo prazo (European Commission [Comissão Europeia], 2021).

Contudo, apesar da robustez teórica destas abordagens, subsiste uma lacuna significativa na sua operacionalização prática, sobretudo no que diz respeito à integração da economia social nos ecossistemas locais e regionais. Embora ainda escassos, alguns estudos de caso realizados em Portugal demonstram como estas organizações adotam modelos inovadores de governação participativa, estratégias de sustentabilidade financeira e processos de transformação digital (Oliveira, 2025). A utilização de tecnologias digitais para fomentar a participação e a transparência, como se verifica no caso da Associação das Aldeias de Crianças SOS de Portugal, evidencia a capacidade das OES para se adaptarem aos desafios contemporâneos, equilibrando eficiência e impacto social (Oliveira, 2025; Adro & Fernandes, 2021).

A interação entre economia social e economia de proximidade é particularmente relevante nos ecossistemas regionais de inovação, onde a colaboração entre atores locais e a valorização dos recursos endógenos são determinantes para a criação de dinâmicas económicas sustentáveis e inclusivas.

Como discutido por Oliveira (2025), as OES não só facilitam a difusão de conhecimento

e boas práticas, como também impulsionam modelos colaborativos de desenvolvimento territorial, contribuindo para a criação de soluções adaptadas às necessidades específicas de cada região. O modelo Ubuntu Leadership Academy, por exemplo, demonstra como a capacitação das comunidades pode gerar mudanças estruturais profundas, promovendo uma governação mais inclusiva e resiliente (Marcuello, Errasti, & Bretos, 2023; Oliveira, 2025). Estas iniciativas sublinham que a inovação não se limita à esfera tecnológica, mas também se manifesta em processos organizacionais e modelos de gestão adaptativos, capazes de fomentar estruturas socioeconómicas mais equilibradas e sustentáveis.

A *economia social* adota uma visão holística do crescimento sustentável, assegurando que os impactos económicos, sociais e ambientais são ponderados na tomada de decisões (Moulaert *et al.*, 2005). Esse modelo apoia iniciativas como:

- Empresas cooperativas que garantem condições dignas de trabalho e proteção social (Borzaga & Tortia, 2017).
- Projetos de inovação social que respondem a desafios como a pobreza e a exclusão social (Mulgan, 2006).
- Redes de produção e consumo sustentável, que reduzem externalidades ambientais e promovem uma economia circular (Chaves Ávila & Monzón Campos, 2018).

Por outro lado, a *economia de proximidade* também contribui para a sustentabilidade, embora de forma distinta. Entre os seus principais impactos positivos destacam-se:

- Redução da pegada ecológica dos produtos, através de circuitos curtos de produção e distribuição (Pecqueur, 2001).
- Fortalecimento das economias locais, reduzindo a dependência de importações e promovendo a autonomia territorial (Pecqueur & Zimmermann, 2004).
- Criação de emprego no território, diminuindo o impacto social da deslocalização produtiva (Laville, 2010).

Contudo, a economia de proximidade não garante, por si só, justiça social ou proteção ambiental, pois um sistema económico local pode continuar a reproduzir desigualdades e práticas predatórias (Nyssens, 2006). Por isso, a convergência entre economia social e economia de proximidade é essencial para criar um modelo verdadeiramente sustentável, onde o crescimento económico não é apenas eficiente, mas também justo e responsável.

Do ponto de vista das políticas públicas, a evidência sugere que um quadro regulamentar favorável e políticas de incentivo bem desenhadas são essenciais para que a economia social e a economia de proximidade prosperem. O apoio institucional e o acesso a financiamento adequado são fatores determinantes para a viabilidade e crescimento sustentável deste setor (Council of the European Union [Conselho da União Europeia], 2023; Salvatori & Bodini, 2023). No entanto, este suporte deve ser equilibrado com a autonomia financeira das organizações, garantindo que a sua missão social não seja comprometida por processos de isomorfismo institucional, nos quais as OES passam a replicar práticas empresariais convencionais para garantir a sua sobrevivência (Richez-Battesti & Petrella, 2023). Assim, torna-se fundamental

desenvolver mecanismos de governança que conciliem a sustentabilidade financeira com os princípios fundamentais da economia social e da economia de proximidade.

Em conclusão, a interseção entre teorias económicas, economia social e economia de proximidade evidencia que é possível estruturar um modelo de desenvolvimento harmonioso baseado na cooperação, solidariedade e inovação. A sustentabilidade económica, social e ambiental das OES e dos projetos de economia de proximidade depende da sua capacidade de inovar, diversificar fontes de financiamento e envolver as comunidades na construção de soluções coletivas (Oliveira, 2025).

Para que este modelo prospere, é essencial que as políticas públicas e os ecossistemas de inovação incentivem a sinergia entre a economia social e a economia de proximidade, garantindo que ambas não apenas coexistam, mas se reforcem mutuamente. Deste modo, a economia social e a economia de proximidade não devem ser vistas como alternativas concorrentes, mas como eixos complementares de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, onde a proximidade territorial se alia aos valores da solidariedade e da governança democrática para gerar impacto económico e social duradouro.

### Referências

- Adro, F., & Fernandes, C. (2021). Social entrepreneurship and social innovation: Looking inside the box and moving out of it. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 35(4), 704-730. <https://doi.org/10.1080/13511610.2020.1870441>
- Council of the European Union [Conselho da União Europeia] (2023). *Recommendation on developing social economy framework conditions*. Official Journal of the European Union. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C\\_202301344](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C_202301344)
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53. <https://doi.org/10.1080/19420676.2010.506343>
- European Commission [Comissão Europeia] (2021). *Building an economy that works for people: An action plan for the social economy*. Publications Office of the European Union.
- Marcuello, C., Errasti, A., & Bretos, I. (2023). Globalization and alter-globalization. In Yi, I., Utting, P., Laville, J. L., Sak, B., Hossein, C. S., Chiyoge, S., Navarra, C., Jayasooria, D., Wanderley, F., Dehourny, J., & Nogales-Muriel, R. (Eds.), *Encyclopedia of the social and solidarity economy* (pp. 44-52). Edward Elgar Publishing.
- Nyssens, M. (2006). *Social enterprise: At the crossroads of market, public policies and civil society*. Routledge.
- Oliveira, P. (2025). *Social and solidarity economy in action: Case studies of innovation and sustainability in the contemporary context*. *Journal of Innovation Economics and Management* (forthcoming).
- Pecqueur, B., & Zimmerman, J.-B. (Eds.). (2004). *Économie de proximités*. Hermès Sciences Publications; Lavoisier.
- Richez-Battesti, N., & Petrella, F. (2023). Co-optation, isomorphism, and instrumentalisation. In Yi, I., Utting, P., Laville, J. L., Sak, B., Hossein, C. S., Chiyoge, S., Navarra, C., Jayasooria, D., Wanderley, F., Dehourny, J., & Nogales-Muriel, R. (Eds.), *Encyclopedia of the social and solidarity economy* (pp. 348-355). Edward Elgar Publishing.
- Salvatori, G., & Bodini, R. (2023). Financing. In Yi, I., Utting, P., Laville, J. L., Sak, B., Hossein, C. S., Chiyoge, S., Navarra, C., Jayasooria, D., Wanderley, F., Dehourny, J., & Nogales-Muriel, R. (Eds.), *Encyclopedia of the social and solidarity economy* (pp. 356-364). Edward Elgar Publishing.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Organisation for Economic Co-operation and

Development (OECD).

Utting, P. (2023). Contemporary understandings. In I. Yi, P. Utting, J.-L. Laville, B. Sak, C. S. Hossein, S. Chiyoge, C. Navarra, D. Jayasooria, F. Wanderley, J. Defourny, & R. Nogales-Muriel (Eds.), *Encyclopedia of the social and solidarity economy* (pp. 19–26). Edward Elgar Publishing Limited, in partnership with United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (UNTFSSSE).

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2010). *The spirit level: Why equality is better for everyone*. Penguin Books.